

GARY CRAMPTON
KENNETH TALBOT

CALVINISMO, HIPERCALVINISMO & ARMINIANISMO



Eene vergadering van de nationale Synode te Dordrecht.

**Calvinismo, hipercalvinismo e
arminianismo:
um guia teológico**

Kenneth G. Talbot e W. Gary Crampton

Calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo é uma expressão da fé reformada em linguagem não técnica. Os Drs. Talbot e Crampton deram à igreja um livro que estabelecerá o pensamento dos novos estudantes de teologia reformada e desafiará os arminianos de forma bíblica. Recomendo o livro a pastores, estudantes e leigos que defendem as doutrinas da graça, bem como a quem busca a verdade.

— **Dr. Loraine Boettner**

Escritor e teólogo

Este é sem dúvida o livro introdutório mais importante que você lerá a respeito do calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo. Os Drs. Talbot e Crampton deram à igreja uma exposição clara e concisa sobre o entendimento bíblico da salvação. O livro é perfeito para salas de aula ou para estudo pessoal. Eu o recomendo a pastores, estudantes e leigos.

— **Jerry Johnson, M. Phil.**

Diretor executivo de The Apologetics Group

O ressurgimento do calvinismo histórico e evangélico em nossos dias tem infelizmente resultado em grande quantidade de desinformação acerca dos ensinamentos bíblicos associados a esse apelido. Uma das melhores formas de esclarecer a confusão e chegar ao entendimento acurado do calvinismo é estudá-lo em contraste com as visões que podem parecer similares a ele, mas que são na realidade muito diferentes. O ensino das diferenças apresenta a verdade em contraste apropriado com a “quase verdade”. O livro de Kenneth Talbot e Gary Crampton, *Calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo*, faz exatamente isso. Trata-se de uma excelente ferramenta para quem deseja entender o que a Bíblia ensina de fato sobre a salvação Jesus Cristo. Recomendo-o com entusiasmo.

— **Dr. Thomas Ascol**

Pastor da *Grace Baptist Church* e editor do *Founders Journal*

O livro apresenta uma exposição provocativa da fé reformada e é escrito de modo conducente ao entendimento. Seu estilo bíblico é fundamental para a tradição reformada. Recomendo *Calvinismo*, *hipercalvinismo* e *arminianismo* à igreja e, em especial, aos estudantes sérios da Bíblia.

— **Tom Patterson**

Editor de *The HIGHROADS*, ARPC

Copyright @ 1990, de Kenneth G. Talbot e W. Gary Crampton
Publicado originalmente em inglês sob o título
Calvinism, Hyper-Calvinism and Arminianism
pela The Apologetic Group,
5543 Edmondson Pike, Suite 88 Nashville, TN, 37211, EUA.



Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
EDITORA MONERGISMO
SCRN 712/713, Bloco B, Loja 28 — Ed. Francisco Morato Brasília, DF, Brasil — CEP
70.760-620
www.editoramonergismo.com.br



1ª edição, 2020
Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
Revisão: Rogério Portella

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS,
SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas
da versão *Almeida Revista e Atualizada* (ARA) salvo indicação em contrário.

Dedicado a

Phyllis Talbot

&

Ann Crampton

por seu auxílio amoroso

“Levantam-se seus filhos e lhe chamam ditosa; seu marido a louva.”

Provérbios 31.28

Sumário

[Apresentação](#)

[Prefácio dos autores](#)

[1. Quando dois credos se chocam](#)

[2. A soberania de Deus](#)

[3. O homem e a desgraça do pecado](#)

[4. Eleição divina ou decisão humana?](#)

[5. A expiação realizada por Jesus](#)

[6. Chamando os homens a Cristo](#)

[7. Perseverança, ou uma vez salvo sempre salvo?](#)

[8. Providência divina ou humanismo cristão?](#)

[9. Deus é o autor do pecado?](#)

[10. Calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo](#)

[Apêndice A: Uma exposição do arminianismo](#)

[Apêndice B: O calvinismo nos EUA](#)

[Apêndice C: A justificação só pela fé](#)

[Sobre os autores](#)

Apresentação

Sou presbiteriano e calvinista. Isso surpreende a muitos, embora eu tenha trabalhado na Igreja Presbiteriana por muitos anos, servindo-a em muitas funções.

As pessoas perguntam: “Como você pode ser um calvinista? Você prega a Bíblia, e os calvinistas não acreditam na...?”.

O termo *calvinista* tem sido tão deturpado, e por tanto tempo, que as pessoas mantêm muitos conceitos errados sobre ele.

Sou calvinista *precisamente porque* amo a Bíblia e o Deus da Bíblia. As doutrinas do sistema teológico calvinista são as doutrinas da Bíblia. Quando descobrir no que realmente cremos você pode perceber que também é calvinista, *em especial* se ama ao Senhor Jesus Cristo e deseja de todo o coração servi-lo.

O calvinismo representa a mensagem central da Escritura e nossas doutrinas são mantidas até certo grau pela maioria dos cristãos evangélicos. Um grupo adicionará umas poucas doutrinas e outro subtrairá outras tantas, mas a maioria dos cristãos bíblicos descobrirá, ao aprender no que realmente acreditamos, que temos muito em comum.

Os calvinistas se recusam a aceitar soluções fáceis para os grandes mistérios de Deus que aparecem nas Escrituras. Talvez a maior tensão na fé cristã seja entre a autoridade de Deus e a responsabilidade do homem. As pessoas tendem a enfatizar uma coisa ou outra. O calvinismo mantém as duas. Quem elimina a responsabilidade humana é *hipercalvinista*. Quem elimina a autoridade divina é *arminiano*. Nenhuma dessas posições lida de modo correto com a mensagem plena da Bíblia. A graça de *Deus* é *maior que qualquer exagero*.

Os Drs. Kenneth G. Talbot e W. Gary Crampton apresentam neste livro uma análise nova e moderna das doutrinas bíblicas da graça soberana. Seus conceitos são expostos de maneira lógica, bíblica e convincente. Trata-se de um livro que deveria ser lido por qualquer pessoa que procura entender a doutrina bíblica da salvação.

Como alguém que ama as doutrinas da graça, eu convido você a ler e descobrir as verdadeiras crenças dos calvinistas. Talvez elas o surpreendam; provavelmente você começará a fazer perguntas que demandarão o restante da vida para serem respondidas.

— **D. James Kennedy, Ph.D.**
Pastor da Coral Ridge Presbyterian Church
Ft. Lauderdale, Flórida

Prefácio dos autores

Este livro foi escrito para esclarecer, em linguagem não acadêmica, as principais diferenças entre os principais sistemas teológicos encontrados na igreja cristã hoje: calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo. Ao longo da história, a igreja foi predominantemente calvinista (v. o cap. 10). Ele é o sistema defendido neste livro, e o único que pode se mostrar fiel ao ensino da Escritura. Nas palavras de Benjamin B. Warfield: “O calvinismo é [...] o teísmo em seu pleno direito [...] a religião no auge de sua concepção [...] o evangelicalismo na expressão mais pura e estável”.^[1]

O calvinismo afirma a soberania absoluta de Deus sobre todos os aspectos da vida e cada um deles, e mantém, ao mesmo tempo, com a Escritura, que o homem é um ser responsável. Em nenhum lugar isso é visto com maior clareza que na salvação de almas perdidas. Deus é a primeira causa eficiente da salvação; ela é obra exclusiva dele. Todavia, o homem é responsável por perseverar na fé.

O hipercalvinismo, como o nome sugere, é uma perversão do calvinismo. Ele enfatiza a soberania divina de tal forma na eleição que a responsabilidade do homem é quase eliminada. A necessidade do evangelismo é totalmente ignorada e o entendimento adequado dessas doutrinas é distorcido.

O arminianismo, como sistema de dogmas, é a posição majoritária da cristandade hoje. Todavia, trata-se de um sério desvio do ensino bíblico sobre a salvação. A teologia arminiana acentua a habilidade do homem caído em responder ao evangelho de modo a quase excluir a graça de Deus — que é soberana e predestina. O homem torna-se o autor, ou a primeira causa, da própria salvação. Esse não é o cristianismo bíblico.

Os autores desejam que o leitor de *Calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo* o acompanhe com a Bíblia em mãos para verificar se as coisas aqui ensinadas são verdadeiras (v. At 17.11). Se os ensinados deste livro não estiverem de acordo com a Escritura, eles

devem ser deixados de lado. Mas se o livro de fato ensina a verdade bíblica, então a verdade deve ser abraçada.

Os autores recomendam que o *Apêndice A* seja lido com o capítulo 1, o *Apêndice B* com o capítulo 10 e o *Apêndice C* com o capítulo 5.

1. Quando dois credos se chocam

A história da igreja cristã está repleta de confrontos teológicos. Todavia, devemos nos lembrar de que o confronto teológico nem sempre é danoso à igreja. Em 1 Coríntios 11.18b,19, o apóstolo Paulo fala exatamente sobre isso: “... estou informado haver divisões entre vós [...] porque até mesmo importa que haja partidos entre vós, para que também os aprovados se tornem conhecidos em vosso meio”. Se os pais da igreja não tivessem examinado todas as doutrinas apresentadas a ela, a igreja estaria repleta de ensinamentos heréticos.

Quando dois credos se chocam na igreja de Jesus Cristo, é importante considerarmos as duas posições teológicas com honestidade e cuidado à luz da Escritura Sagrada. Se falharmos em apresentar com verdade qualquer um deles, somos violadores da lei de Deus e dignos do seu juízo. Sempre devemos ser francos e honestos com a Palavra de Deus e o ensino dos homens.

Historicamente, ministros neofundamentalistas não têm sido francos ao lidar com a questão da soberania de Deus. Isso deveria fazer qualquer um que professe a fé em Cristo questionar a intenção e honestidade desses homens nos papéis de liderança.

O padrão de toda questão teológica é o *sola Scriptura* (só a Escritura). A Bíblia deve ser o juiz em todas as questões de fé, vida e prática. A menos que esse padrão seja mantido, a igreja será extraviada por todo vento de doutrina. O princípio fundamental da interpretação bíblica é que a Escritura interpreta a Escritura (a chamada “analogia da fé”, de Lutero); isto é, a Escritura é quem interpreta melhor a si mesma. Dessa forma, apenas os ensinamentos capazes de suportar o escrutínio das sagradas letras devem ser mantidos.

Nossa intenção é mostrar que a fé histórica da igreja cristã consiste no sistema teológico comumente conhecido por calvinismo. E esse é o único sistema coerente com a Palavra de Deus. Charles H. Spurgeon escreveu: Pessoalmente não creio ser possível pregar Cristo crucificado a menos que preguemos o que hoje é conhecido

por calvinismo. Calvinismo é apenas um apelido; o calvinismo é o evangelho e nada mais. Não creio que possamos pregar o evangelho [...] a menos que preguemos a soberania de Deus em sua dispensação de graça, nem a menos que exaltemos o amor imutável, eterno, eletivo e conquistador de Jeová. Também não acredito que possamos pregar o evangelho, a menos que nos baseemos na redenção especial e particular do povo de Deus — redenção essa efetuada por Cristo na cruz. Tampouco compreendo um evangelho que permita a queda dos santos depois de terem sido chamados, e admita a queima dos filhos de Deus no fogo da condenação depois de já terem crido em Cristo.^[2]

Confessamos com esse grande teólogo batista que não pode haver nenhuma apresentação verdadeira do evangelho se ele não for apresentado na pureza da Palavra de Deus.

Nossa posição é que qualquer contemporização do calvinismo é um passo em direção ao humanismo. É muito provável que o empobrecimento da igreja dos séculos 20 e 21, e da sociedade, se deva à ausência de pregação das doutrinas do calvinismo sólido e bíblico. O arminianismo, como sistema confessional, permanece a vanguarda da igreja em nossos dias; trata-se de um desvio sério do cristianismo bíblico. Seus resultados são notórios. Loraine Boettner observou: Vivemos na época em que quase todas as igrejas protestantes históricas estão ameaçadas de dentro pelo ceticismo. Muitas delas já sucumbiram; a linha de descida foi inevitavelmente do calvinismo para o arminianismo, e do arminianismo para o modernismo e unitarismo; e esta última posição tem demonstrado ser autodestrutiva. Cremos firmemente que o futuro do cristianismo está ligado de perto ao futuro do calvinismo. A história do modernismo e do unitarismo, nos EUA, tem demonstrado que esses sistemas são frágeis demais para se sustermem. Existe uma poderosa tendência ao naturalismo onde os princípios do calvinismo são abandonados. Alguns expressam — e cremos que corretamente — não haver meio-termo consistente entre o calvinismo e o ateísmo.^[3]

Os dois credos em questão aqui são o calvinismo e o arminianismo. A questão pode ser apresentada nesta tese simples: Ou Deus é a

causa primeira da salvação por sua vontade soberana ou o homem é a causa primeira da salvação por sua vontade soberana. A regeneração precede a fé ou a fé precede a regeneração. Os dois sistemas não podem estar corretos. Eles são diametralmente opostos entre si. A primeira posição relativa à salvação está centrada em Deus, a última se centra no homem; a primeira posição é o calvinismo, a última o arminianismo. A quem você deve a salvação: a Deus ou ao homem? A Bíblia afirma que a “salvação é de Jeová”. Em Jonas 2.9, lemos: “Ao SENHOR pertence a salvação!”. Além disso, lemos em Salmos 3.8: “Do SENHOR é a salvação, e sobre o teu povo, a tua bênção”.

Vários livros foram escritos sobre calvinismo: pouco mais que caricaturas do sistema confessional. O resultado é o “hipercalvinismo”. Esse sistema falso opta pelo deus estoico, fatalista, que age por capricho no processo de salvação. Da mesma forma, ele relega os homens ao nível de robôs, sem qualquer responsabilidade perante o Criador (como no islamismo). Nada pode estar mais longe do verdadeiro calvinismo. David Engelsma afirmou: Na maioria dos casos a acusação de “hipercalvinista” é nada mais que um ataque enganoso sobre o calvinismo em si. Alguém odeia o calvinismo, ou a defesa intransigente e coerente do calvinismo; todavia, ele hesita em atacar o calvinismo de modo aberto e franco; assim, disfarça o ataque ao “hipercalvinismo” e “hipercalvinistas”.^[4]

O propósito do livro não é atacar pessoas em nível pessoal. Antes, é proteger a igreja das doutrinas heréticas dos ensinamentos anticalvinistas, e ajudá-la a retornar às afirmações verdadeiras da Palavra de Deus. A fé histórica do cristianismo é calvinista. Nossa opinião é que, se a igreja não voltar à sua herança da Reforma, colherá o turbilhão do evangelho truncado e da fé centrada no homem.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

As Escrituras Sagradas foram escritas para o nosso conhecimento da verdade

“Para que a tua confiança esteja no Senhor, quero dar-te hoje a instrução, a ti mesmo. Porventura, não te escrevi excelentes coisas acerca de conselhos e conhecimentos, para mostrar-te a certeza

das palavras da verdade, a fim de que possas responder claramente aos que te enviarem? Não roubes ao pobre, porque é pobre, nem oprimas em juízo ao aflito.” (Pv 22.19-22) “Jesus, porém, respondeu: Está escrito: Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus.” (Mt 4.4) “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade.” (Jo 17.17) “E que, desde a infância, sabes as sagradas letras, que podem tornar-te sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus.” (2Tm 3.15) “Temos, assim, tanto mais confirmada a palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vosso coração.” (2Pe 1.19)

As Escrituras são inspiradas e úteis para a doutrina

“Respondeu Abraão: Eles têm Moisés e os Profetas; ouçam-nos. Mas ele insistiu: Não, pai Abraão; se alguém dentre os mortos for ter com eles, arrepender-se-ão. Abraão, porém, lhe respondeu: Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos.” (Lc 16.29-31) “Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular.” (Ef 2.20) “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça.” (2Tm 3.16) “Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. Continua nestes deveres; porque, fazendo assim, salvarás tanto a ti mesmo como aos teus ouvintes.” (1Tm 4.16) “Porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo.” (2Pe 1.21)

As Escrituras são a autoridade final sobre questões de vida, fé e prática

“Pois tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança.” (Rm 15.4) “Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós.” (1Jo 1.34)

PERGUNTAS:

1. Quão importante é para a igreja disputar sobre questões doutrinárias?
2. Por que os cristãos devem sempre ser honestos na análise e apresentação da doutrina a partir de diferentes pontos de vista?
3. Qual é o padrão para determinar se uma doutrina é bíblica ou não?
4. O que você pensa que o Dr. Loraine Boettner quer dizer quando declara não existir o meio-termo entre o calvinismo e o ateísmo?

2. A soberania de Deus

O principal dogma da teologia reformada ou calvinista é o da soberania divina. O que se quer dizer com isso? Em termos simples, quando falamos da soberania divina queremos dizer que Deus é Deus em todos os seus santos atributos, suas obras da criação, providência e salvação. Ele é a causa primeira de tudo que existe, e nada existe que não seja preordenado por ele. A *Confissão de fé de Westminster* (presbiteriana) declara: Desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece.^[5]

A *Confissão de fé de Londres* (batista) declara o mesmo princípio da seguinte maneira: Deus decretou em si mesmo, desde toda a eternidade, pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, livre e inalteravelmente, todas as coisas, tudo quanto acontece.^[6]

Se algo existisse de modo independente de Deus, isso deveria ser, por necessidade, igual a Deus. Mas a Bíblia declara: “Com quem comparareis a Deus? Ou que coisa semelhante confrontareis com ele?” (Is 40.18).

Deus é Deus por ser independente e existir por si só. Ele não depende de nada fora de si mesmo: “Porque assim como o Pai tem vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26).

A independência divina se estende também à sua vontade: “Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?” (Dn 4.35).

A independência de Deus é vista também em seu poder: “No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada” (Sl 115.3). O conselho de Deus é independente: “O conselho do SENHOR dura para sempre; os desígnios do seu coração, por todas as gerações” (Sl 33.11).

Visto que Deus pensa e age com independência, todas as suas ações concordam com seu conhecimento. Deus conhece todas as coisas inerentemente. Ele jamais adquire conhecimento. Todas as coisas que vieram à existência ocorreram de acordo com seu plano soberano. Visto que Deus criou todas as coisas, ele deveria primeiro conhecer todas elas antes de virem à existência. Todas as coisas existentes, físicas e espirituais, procedem da mente do Deus onisciente. A Escritura afirma que o Deus triúno da Bíblia declarou “desde o princípio [...] o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que diz: o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade” (Is 46.10).

Nessa mesma linha o apóstolo Paulo escreve: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos!” (Rm 11.33). Tudo existe para cumprir o propósito divino: “Pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele” (Cl 1.16).

Visto que o propósito de Deus é todo-inclusivo, ele se estende à salvação da humanidade. Paulo declara: “Nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade, a fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que de antemão esperamos em Cristo” (Ef 1.11,12). A Escritura nos assegura que Deus faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade — baseado em sua soberania absoluta.

É notável como a Escritura menciona a natureza inclusiva da vontade de Deus como a causa final ou última de tudo que acontece: 1. Da criação e preservação: “Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas” (Ap 4.11).

2. Do governo: “Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR; este, segundo o seu querer, o inclina” (Pv 21.1).

3. Dos sofrimentos de Cristo: “Sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos” (At 2.23).

4. Da eleição e reprovação: “Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia” (Rm 9.15,16).

5. Da regeneração: “Pois, segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade, para que fôssemos como que primícias das suas criaturas” (Tg 1.18).

6. Da santificação: “Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13).

7. Do sofrimento dos crentes: “Porque, se for da vontade de Deus, é melhor que sofraís por praticardes o que é bom do que praticando o mal” (1Pe 3.17).

8. Da vida e destino do homem: “Em vez disso, devíeis dizer: Se o Senhor quiser, não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo” (Tg 4.15).

9. Dos mínimos detalhes da vida: “Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai” (Mt 10.29).

10. Do destino das nações: “É ele quem muda o tempo e as estações, remove reis [isto é, nações] e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos inteligentes” (Dn 2.21). “Eis que as nações são consideradas por ele [Deus] como um pingô que cai de um balde e como um grão de pó na balança; as ilhas são como pó fino que se levanta” (Is 40.15).

11. A vontade secreta e revelada de Deus: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei” (Dt 29.29).

Alguns afirmam que a doutrina da soberania de Deus, expressa pela fé reformada (calvinista), é dura e estoica. Mas esse não é o caso. O Deus da Bíblia sempre age de acordo com seus atributos

perfeitos em cada aspecto. Em outras palavras, Deus só faz o que é perfeito. É impossível que ele aja de outra forma. Contudo, o que é perfeito aos olhos de Deus não raro encontra a desaprovação humana. Esse é um dos muitos problemas encontrados no pensamento arminiano.

Um dos atributos divinos é a santidade. As palavras bíblicas usadas para Deus, nos idiomas originais do Antigo Testamento e do Novo Testamento, para designar a santidade, refere-se, não só à sua pureza, mas também ao fato dele ser *separado*.

Devemos nos lembrar também de que Deus sempre age de acordo com seus atributos. Deus não pode negar a si mesmo, como nos é dito em 2 Timóteo 2.13: “Se somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo”. Ele é motivado pela santidade em tudo que faz. Assim, toda atividade de Deus em sua criação é o epítome da perfeição: “E os quatro seres viventes, tendo cada um deles, respectivamente, seis asas, estão cheios de olhos, ao redor e por dentro; não têm descanso, nem de dia nem de noite, proclamando: Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir [...] Tu és digno, Senhor e Deus nosso, de receber a glória, a honra e o poder, porque todas as coisas tu criaste, sim, por causa da tua vontade vieram a existir e foram criadas” (Ap 4.8,11).

A doutrina da imutabilidade de Deus anda de mãos dadas com a sua soberania. Os propósitos eternos da Deidade triúna, expressos em seus decretos, não podem ser alterados (Is 14.27; 46.9,10; Jó 42.2). Se Deus pudesse mudar sua mente ou planos, ele não seria infinitamente sábio em suas obras de criação e providência.

Como o Deus todo sábio poderia mudar sua mente e inventar um plano mais perfeito? Como poderia a Deidade soberana, que preordenou todas as coisas desde a eternidade, ter os decretos alterados pelos desejos do homem, uma criatura de Deus e dependente dele para existir? Os decretos soberanos de Deus são:

1. Fundados sobre a sabedoria divina: “Nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11).

2. Eternos, anteriores à fundação do mundo: “O conselho do SENHOR dura para sempre; os desígnios do seu coração, por todas as gerações” (Sl 33.11).

3. Eficientes, sempre se concretizam: “Muitos propósitos há no coração do homem, mas o desígnio do SENHOR permanecerá” (Pv 19.21).

4. Imutáveis, sempre permanecem os mesmos: “Mas, se ele resolveu alguma coisa, quem o pode dissuadir? O que ele deseja, isso fará” (Jó 23.13).

5. Incondicionais, nada pode ocorrer fora da vontade divina: “Sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos” (At 2.23). Nada ou ninguém pode alterar os seus planos: “Bem sei que tudo podes, e nenhum dos teus planos pode ser frustrado” (Jó 42.2).

6. Absolutamente inclusivos:

a. As boas ações dos homens: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2.10).

b. As ações perversas dos homens: “O SENHOR fez todas as coisas para determinados fins e até o perverso, para o dia da calamidade” (Pv 16.4).

c. Acontecimentos aparentemente contingentes: “A sorte se lança no regaço, mas do SENHOR procede toda decisão” (Pv 16.33).

d. Os meios bem como o fim da salvação (e de todas as coisas): “Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade” (2Ts 2.13).

e. A duração da vida do homem: “Visto que os seus dias estão contados, contigo está o número dos seus meses; tu ao homem puseste limites além dos quais não passará” (Jó 14.5).

f. O lugar da habitação do homem: “De um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, havendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites da sua habitação” (At 17.26).

Deus decreta todas as coisas que acontecerão para seus próprios bons propósitos e glória (Ef 1.11). Mas ele também o faz para que os homens aprendam a temê-lo: “Sei que tudo quanto Deus faz durará eternamente; nada se lhe pode acrescentar e nada lhe tirar; e isto faz Deus para que os homens temam diante dele” (Ec 3.14).

A soberania divina é um conceito fundamental do cristianismo. É um princípio básico do calvinismo. Se esse dogma for removido pelas falsas doutrinas de qualquer outro sistema confessional, então todo o cristianismo bíblico ruirá. Se Deus não for soberano, nossa fé é inútil. Boettner observa: Deus criou o mundo em que nos encontramos; o mundo lhe pertence, e ele governa o mundo de acordo com seu soberano beneplácito. Deus não perdeu nada de seu poder; é imensamente desonroso presumir que ele luta sem cessar contra a raça humana, tentando fazer o melhor que pode para persuadir os homens a agir de forma correta, mas incapaz de concretizar seu imutável, santo, sábio e soberano propósito.^[7]

Como veremos no restante do livro, a salvação procede de Deus, do princípio ao fim. Trata-se da salvação fundada no propósito soberano, eterno e eletivo do grande Deus triúno da Escritura. Todo o processo da salvação flui do amor e da predestinação eletivos de Deus, mas ele se move para o seu objetivo, que é a própria glória, por meio da obra redentora de Jesus Cristo, à medida que os santos eleitos perseveram até o fim e são glorificados.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

Deus é soberano em todas as coisas, incluindo a salvação

“Pelo que Davi louvou ao SENHOR perante a congregação toda e disse: Bendito és tu, SENHOR, Deus de Israel, nosso pai, de eternidade em eternidade. Teu, SENHOR, é o poder, a grandeza, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, SENHOR, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força.” (1Cr 29.10-12) “Assim, abençoou o SENHOR o último estado de Jó mais do que o primeiro; porque veio a ter catorze mil ovelhas,

seis mil camelos, mil juntas de bois e mil jumentas.” (Jó 42.12) “No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada.” (Sl 115.3)

“Jurou o SENHOR dos Exércitos, dizendo: Como pensei, assim sucederá, e, como determinei, assim se efetuará. Quebrantarei a Assíria na minha terra e nas minhas montanhas a pisarei, para que o seu jugo se aparte de Israel, e a sua carga se desvie dos ombros dele. Este é o desígnio que se formou concernente a toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o SENHOR dos Exércitos o determinou; quem, pois, o invalidará? A sua mão está estendida; quem, pois, a fará voltar atrás?” (Is 14.24-27) “Lembra-vos das coisas passadas da antiguidade: que eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade; que chamo a ave de rapina desde o Oriente e de uma terra longínqua, o homem do meu conselho. Eu o disse, eu também o cumprirei; tomei este propósito, também o executarei.” (Is 46.9-11) “Assim será a palavra que sair da minha boca: não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a designei.” (Is 55.11) “Mas ao fim daqueles dias, eu, Nabucodonosor, levantei os olhos ao céu, tornou-me a vir o entendimento, e eu bendisse o Altíssimo, e louvei, e glorifiquei ao que vive para sempre, cujo domínio é sempiterno, e cujo reino é de geração em geração. Todos os moradores da terra são por ele reputados em nada; e, segundo a sua vontade, ele opera com o exército do céu e os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes? Tão logo me tornou a vir o entendimento, também, para a dignidade do meu reino, tornou-me a vir a minha majestade e o meu resplendor; buscaram-me os meus conselheiros e os meus grandes; fui restabelecido no meu reino, e a mim se me ajuntou extraordinária grandeza.” (Dn 4.34-36) “Jesus, fitando neles o olhar, disselhes: Isto é impossível aos homens, mas para Deus tudo é possível.” (Mt 19.26)

PERGUNTAS:

1. O que se quiser dizer com a expressão “soberania de Deus”?
2. Deus é dependente do homem para algo? Explique.
3. O que significa a “santidade” de Deus?
4. O que se quer dizer com a expressão “Deus é a primeira causa de todas as coisas”?
5. Quais são as 11 áreas listadas neste capítulo que declaram a soberania divina sobre toda a criação?
6. Por que é importante entendermos a imutabilidade de Deus?
7. Quais são os seis princípios dos decretos soberanos de Deus discutidos no capítulo e por que eles são importantes?
8. De todas as doutrinas ensinadas na teologia calvinista, qual é a mais básica?

3. O homem e a desgraça do pecado

Uma das maiores diferenças teológicas entre o calvinismo e o arminianismo diz respeito aos efeitos do pecado sobre a raça humana. Ambos os sistemas concordam que a queda do homem ocorreu no jardim do Éden (Gn 3), e eles afirmam no sentido mais básico que toda a raça humana foi grandemente afetada pela queda. A questão é: “Quão grande foi o efeito?”.

A Bíblia afirma que Adão, o primeiro ser humano, foi o cabeça pactual ou representante federal de toda a humanidade. Portanto, quando ele (como cabeça pactual) caiu, seu pecado foi imputado a todos os homens e a todas as mulheres e crianças. Paulo escreveu: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rm 5.12). O apóstolo disse que todo ser humano é concebido em pecado por causa da transgressão de Adão no jardim. Somos todos culpados. Davi confirma isso: “Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe” (Sl 51.5).

A teologia cristã se refere a essa verdade como doutrina do pecado original. Ela ensina que todas as pessoas são judicialmente culpadas por causa do pecado de Adão. Trata-se de uma transação legal, do mesmo modo que os cristãos são justificados legalmente por causa da imputação da justiça de Cristo a eles (2Co 5.21; Rm 5.18,19; v. o cap. 5).

A teologia arminiana sustenta que a raça humana foi seriamente afetada pela queda, mas o homem não foi deixado no estado de total desesperança espiritual. Todo pecador ainda tem a capacidade de se arrepender e crer no evangelho. O destino eterno de cada pessoa depende do uso dessa capacidade.

As pessoas cooperam com Deus, ou escolhem rejeitá-lo. Todavia, a escolha pertence por completo ao indivíduo. O calvinismo discorda do arminianismo com veemência neste ponto. Os cristãos reformados afirmam que a queda do homem deixou todas as pessoas no estado de total depravação ou incapacidade. O homem

é incapaz de fazer algo agradável a Deus. Ele está morto no pecado: espiritualmente cego e surdo para as coisas de Deus. À parte da obra regeneradora de Deus na vida do homem — e nela ele não tem nenhuma participação —, ninguém pode se arrepender ou crer no evangelho. A *Confissão de fé de Westminster* declara bem isso quando diz: O homem, ao cair num estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual associado à salvação, de modo que o homem natural, que é inteiramente oposto a esse bem, e estando morto no pecado, é incapaz, pelo seu próprio poder, de converter-se ou preparar-se para isso.^[8] (V. tb.: *Confissão de fé de Londres (batista) de 1689*, Cap. 9, Seção 3).

É importante observar que os calvinistas não dizem que o homem é absolutamente depravado; isto é, que todo homem é tão perverso quanto poderia ser. Esse falso ensino hipercalvinista é às vezes atribuído de maneira equivocada à teologia reformada.

Como foi declarado acima, os calvinistas dizem que o pecado afetou cada parte do ser do homem (todas as suas faculdades, p. ex., a mente, a vontade), a ponto de ele ser incapaz de fazer algo agradável a Deus. O homem é capaz de fazer muitas obras *aparentemente* boas. Ele pode dar esmolas, pode ajudar a outros em suas necessidades, *etc.* Contudo, jamais buscará fazer algo para a glória do Criador.

Assim, tudo que ele faz é pecaminoso. Para citar outro dos credos históricos da igreja, o artigo XIII de *Os trinta e nove artigos de religião* da Igreja da Inglaterra declara que todas as obras feitas por homens não regenerados: Não são agradáveis a Deus, porquanto não procedem da fé em Jesus Cristo; nem fazem os homens dignos de receber a graça [...] muito pelo contrário, visto que elas não são feitas como Deus quis e ordenou que fossem feitas, não duvidamos terem elas a natureza do pecado.^[9]

Nem o calvinismo ensina que o homem caído perdeu a liberdade da vontade, no sentido de agência moral livre. Os cristãos reformados sustentam que todos os homens são livres nesse sentido; eles sempre fazem o que escolhem fazer (na verdade, não podem agir de outra forma). Afirmar que o homem não tem agência moral livre

equivaleria a declarar que ele nunca poderia escolher nada. Isso seria absurdo!

O problema é que o homem caído não tem vontade neutra. Ele foi concebido em pecado. Isto é, embora o homem nasça com a liberdade para escolher fazer o que deseja, ele não conta mais com a capacidade de escolher o bem (a justiça). Todos os desejos dele consistem em fazer o mal aos olhos de Deus.

A vontade do homem, portanto, não é autônoma e indeterminada. É sempre determinada por seus desejos e por suas indisposições interiores. O desejo dos cristãos, com o coração regenerado, é fazer a vontade do Pai. O desejo dos não cristãos consiste em servir a si mesmo. Em resumo, a vontade do homem não regenerado está escravizada ao pecado. Isso é o que a Bíblia ensina.

O profeta Jeremias afirmou que o homem é incapaz de transformar seu caráter pecaminoso: “Pode, acaso, o etíope mudar a sua pele ou o leopardo, as suas manchas? Então, poderíeis fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal” (Jr 13.23). Jesus Cristo ensinou isso em Mateus 12.35: “O homem bom tira do tesouro bom coisas boas; mas o homem mau do mau tesouro tira coisas más”.

Paulo escreveu que os descrentes são “obscurecidos de entendimento, alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza do seu coração, os quais, tendo-se tornado insensíveis, se entregaram à dissolução para, com avidez, cometerem toda sorte de impureza” (Ef 4.18,19). Esses indivíduos, alegou o apóstolo, estão “mortos em [seus] delitos e pecados” (Ef 2.1). “Como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer” (Rm 3.10-12).

Em Romanos 8.7, Paulo declarou ainda: “O pendor da carne é inimizado contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar”. Em 1 Coríntios 2.14, o apóstolo escreveu: “Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente”. Observe que a Bíblia enfatiza, nos últimos dois versículos, a total incapacidade do homem caído de responder de

modo positivo à lei de Deus. Isso é o que os calvinistas afirmam consistir na “depravação total”.

Se o homem caído há de chegar a um conhecimento salvador de Jesus Cristo, isso deve acontecer só pela graça divina. Lê-se em Efésios 2.8,9: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”. Se o arminianismo fosse verdadeiro, então a salvação não seria pela graça; ela seria merecida pela escolha livre do homem caído. Isso não é o que a Bíblia ensina. Jesus mesmo ensinou: “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trazer” (Jo 6.44).

Uma última coisa precisa ser estudada a respeito da “vontade livre” do homem. Na teologia arminiana, para o homem ser livre, nada pode determinar suas escolhas; elas devem ser completamente espontâneas. Mas isso é impossível! Não existe uma ação não causada. Toda escolha que o homem faz é causada por algo (isto é, alguma disposição interior), de outra forma ele não poderia escolher. O conceito da escolha não causada contradiz a si mesmo. Nenhuma escolha pode ser completamente espontânea.

Além disso, se o conceito arminiano de vontade livre for levado à conclusão lógica, então seria pecaminoso pregar o evangelho ao homem caído. Por quê? Pois seria uma tentativa de *fazer* com que ele se voltasse para Cristo — uma violação de sua vontade livre. A definição calvinista de vontade livre, discutida acima, é a única posição coerente com o ensino da Bíblia.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

Os homens nascem em pecado

“Respondeu Jesus: Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: importa-vos nascer de novo.” (Jo 3.5-7)

Os homens estão espiritualmente mortos no pecado

“Viu o SENHOR que a maldade do homem se havia multiplicado na terra e que era continuamente mau todo desígnio do seu coração.” (Gn 6.5) “E o SENHOR aspirou o suave cheiro e disse consigo mesmo: Não tornarei a amaldiçoar a terra por causa do homem, porque é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade; nem tornarei a ferir todo vivente, como fiz.” (Gn 8.21) “Este é o mal que há em tudo quanto se faz debaixo do sol: a todos sucede o mesmo; também o coração dos homens está cheio de maldade, nele há desvarios enquanto vivem; depois, rumo aos mortos.” (Ec 9.3) “Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá?” (Jr 17.9)

“Porque de dentro, do coração dos homens, é que procedem os maus desígnios, a prostituição, os furtos, os homicídios, os adultérios, a avareza, as malícias, o dolo, a lascívia, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura. Ora, todos estes males vêm de dentro e contaminam o homem.” (Mc 7.21-23) “O julgamento é este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más.” (Jo 3.19) “Por isso, o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar. Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus.” (Rm 8.7,8) “Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.” (1Co 2.14) “Todas as coisas são puras para os puros; todavia, para os impuros e descrentes, nada é puro. Porque tanto a mente como a consciência deles estão corrompidas.” (Tt 1.15)

Os homens são escravos do pecado

“Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe os desejos. Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade, porque nele não há verdade. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira.” (Jo 8.44) “Naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo.” (Ef 2.12) “Disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes

conceda não só o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade, mas também o retorno à sensatez, livrando-se eles dos laços do diabo, tendo sido feitos cativos por ele para cumprirem a sua vontade.” (2Tm 2.25,26) “Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no Maligno.” (1Jo 5.19)

“Replicou-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: todo o que comete pecado é escravo do pecado.” (Jo 8.34)

“Porque, quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos em relação à justiça.” (Rm 6.20)

Todos os homens estão debaixo do reinado do pecado

“Que é o homem, para que seja puro? E o que nasce de mulher, para ser justo? Eis que Deus não confia nem nos seus santos; nem os céus são puros aos seus olhos, quanto menos o homem, que é abominável e corrupto, que bebe a iniquidade como a água!” (Jó 15.14-16) “Se observares, SENHOR, iniquidades, quem, Senhor, subsistirá?” (Sl 130.3) “Quem pode dizer: Purifiquei o meu coração, limpo estou do meu pecado?” (Pv 20.9)

“Não há homem justo sobre a terra que faça o bem e que não peque.” (Ec 7.20)

“Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.” (Is 53.6) “Mas todos nós somos como o imundo, e todas as nossas justiças, como trapo da imundícia; todos nós murchamos como a folha, e as nossas iniquidades, como um vento, nos arrebatam.” (Is 64.6) “Que se conclui? Temos nós qualquer vantagem? Não, de forma nenhuma; pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos, estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer”. (Rm 3.9-12) “Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós.” (1Jo 1.8)

“Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso, e a sua palavra não está em nós.” (1Jo 1.10)

Os homens são totalmente incapazes de se arrepender do pecado para a salvação à parte do Espírito

“As tuas palavras têm sustentado aos que tropeçavam, e os joelhos vacilantes tens fortificado.” (Jó 14.4)

“Pode, acaso, o etíope mudar a sua pele ou o leopardo, as suas manchas? Então, poderíeis fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal.” (Jr 13.23) “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia.” (Jo 6.44)

“E prosseguiu: Por causa disto, é que vos tenho dito: ninguém poderá vir a mim, se, pelo Pai, não lhe for concedido.” (Jo 6.65)

“Ora, o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.” (1Co 2.14)

PERGUNTAS:

1. Qual é o primeiro pecado registrado na Bíblia?
2. Que efeito o primeiro pecado surtiu sobre o resto da humanidade?
3. Por que o primeiro pecado é chamado “original”? Por que se trata de uma questão legal?
4. Qual é a diferença entre calvinismo e arminianismo na questão da “depravação total do homem”?
5. Um homem pode, como pecador, praticar boas obras para a sua salvação?
6. O que se quer dizer com a expressão “cativo da vontade” ou “a vontade do homem está em escravidão ao pecado”?
7. O homem é um ser autônomo de acordo com a Escritura? Explique.

4. Eleição divina ou decisão humana?

Os arminianos ensinam que o homem, não Deus, decide a respeito da questão da salvação. Eles sustentam, com efeito, que Deus escolhe quem o escolhe. Ele ratifica as escolhas dos homens; a eleição deles é condicional.

Já o calvinismo alega que a eleição é incondicional. Ela não se baseia em nada “previsto” no homem. Trata-se de uma obra inteiramente de Deus. A doutrina da eleição é parte da doutrina mais ampla da soberania divina absoluta, discutida no capítulo 2.

Há vários conceitos errôneos concernentes ao ensino do calvinismo com respeito à eleição. Primeiro, a eleição não é a salvação. A eleição precede a salvação. O Pai elegeu certas pessoas *para* a salvação *em Cristo* desde toda a eternidade. Paulo escreveu: “[Deus] nos [os santos eleitos] escolheu, nele [em Cristo], antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele” (Ef 1.4). A eleição é uma ação que aconteceu antes da história, enquanto a salvação ocorre na história. A última se dá quando o indivíduo confessa a Cristo como Salvador e Senhor (Rm 10.9,10).

Em segundo lugar, eleger não significa “ratificar” como no arminianismo; antes, significa “selecionar ou escolher entre”. Dessa forma, quando falamos que Deus elege e salva, referimo-nos ao que Deus faz, não o homem. Deus escolhe seus *eleitos*. Todos os homens são dignos da morte eterna, mas Deus elegeu certo número deles para a salvação antes da fundação do mundo.

Terceiro, como foi aludido acima, a eleição divina não se deve à sua presciência ou ao pré-conhecimento de certos homens o escolherem ou não. A *Confissão de fé de Westminster* declara: “Embora Deus sabia tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias inimagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que haveria de acontecer sob tais e tais condições”.^[10]

Como já vimos, toda a raça humana é culpada do pecado de Adão. Todos os homens nascem mortos no pecado e são incapazes de

fazer algo agradável a Deus (Ef 2.1; Rm 8.7,8; Sl 51.5; 58.3). Eles não têm a capacidade de escolher a Deus. Deus os escolhe.

Eis uma diferença séria entre o calvinismo e o arminianismo. De acordo com o último, Deus, com sua capacidade de previsão, olhou nos corredores do tempo e observou todas as pessoas que escolheriam a salvação em Jesus Cristo. Contando com essa presciência divina, ele então ratificou a escolha que certos homens fizeram dele.

Romanos 8.29 é a passagem clássica que lida com a questão da presciência divina: “Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho”. O entendimento arminiano da presciência nesse versículo é o mesmo de Paulo? O apóstolo menciona apenas o conhecimento divino de antemão? De forma alguma! O versículo 28, que precede o versículo em questão, nos dá a resposta: “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”. Toda a ordem da salvação, encontrada em Romanos 8.28-30, gira em torno da palavra “propósito” no versículo 28. E o propósito é de Deus, não do homem. Isso é da maior importância.

O que, então, a palavra *presciência* significa? Ela é quase sinônimo de “amar de antemão”. Observe que em Gênesis 4.1 lemos isso: “Adão conheceu sua esposa Eva”. Aqui a palavra “conhecer” é usada para descrever o relacionamento íntimo entre marido e mulher. O mesmo uso é encontrado em Lucas 1.34, onde Maria diz ao anjo Gabriel que ela nunca “conheceu” (lit., no texto grego) um homem; isto é, ela nunca havia se relacionado sexualmente com alguém. Em Mateus 7.23, ao falar de alguns incrédulos, Jesus disse: “Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade”.

O Senhor quer dizer que ele nunca soube quem eram aqueles homens? Como Jesus Cristo, o governante soberano do universo, que dá vida e fôlego a toda a humanidade, não sabe quem são essas pessoas? Isso é possível? Claro que não! Significa que ele nunca os amou com amor salvador.

O termo *conhecer*, usado nesse sentido, designa o relacionamento íntimo existente entre Deus e os eleitos, baseado só na sua graça eletiva. Com respeito ao uso bíblico de *presciência* em Romanos 8.9, John Murray escreveu: “Significa ‘aqueles sobre os quais ele colocou seu interesse’ ou ‘aqueles que ele conheceu desde a eternidade com deleite e afeição que distinguem’, e é quase equivalente a ‘aos que de antemão amou’”.^[11] James Boice observou que na Escritura: “A palavra pré-conhecimento nunca é usada com referência a acontecimentos ou ações — mas sempre com referência a pessoas, cuja vida é afetada por esse pré-conhecimento, e não o contrário”.^[12]

Sem dúvida, a eleição ocorre de acordo com a presciência, mas não segundo alguma previsão. Obviamente, todo cristão afirmará que Deus, o Mestre soberano do universo, conhece todas as coisas e, dessa forma, conhece todas as coisas de antemão. Deus conhece todas as coisas porque ele é o Criador de tudo, e todas as coisas existem de acordo com sua vontade soberana que as decretou. Ele conhece e tem presciência de todas as coisas desde toda a eternidade porque ele é Deus e preordenou, ou decretou, tudo que acontecerá. De forma lógica, insistir que Deus apenas conhece o futuro ao olhar para ele equivale a insistir que Deus não é soberano.

Tal, sem dúvida, não é o Deus da Bíblia. O que então é eleição? Boettner escreve:

O fato de Deus escolher determinados indivíduos para a salvação, antes da fundação do mundo, se deve unicamente à sua vontade soberana. A eleição que ele fez de certos pecadores não se baseia no conhecimento prévio de uma resposta ou de um ato de obediência (como a fé, o arrependimento, etc.) da parte dos pecadores. Ao contrário, Deus concede a fé e o arrependimento a toda pessoa eleita. Essas obras resultam da eleição divina, não a causam. Assim, a eleição não é determinada nem condicionada por alguma virtude ou obra meritória que Deus previu no homem. Os eleitos, de acordo com a soberania divina, são movidos pelo Espírito Santo a aceitar Jesus. Portanto, a causa fundamental da salvação não

é a decisão do pecador de aceitar a Cristo, e sim a eleição do pecador por Deus.^[13]

Há várias passagens da Escritura que apoiam a doutrina calvinista da eleição divina. Efésios 1.4, um dos versículos mais fortes na Bíblia sobre o assunto, já foi citado antes. Lê-se nele que Deus fez a escolha desde a eternidade. Da mesma forma, em 2 Tessalonicenses 2.13,14 Paulo declarou: “Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo”. Mais uma vez, Deus escolheu os tessalonicenses, não o *inverso*.

Em Atos 13 lemos sobre as atividades missionárias de Paulo em Antioquia da Pisídia (v. 13-52). Quando os gentios ouviram a mensagem de salvação somente em Jesus Cristo eles se alegraram: “Regozijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna” (v. 48). Observe que quem creu havia sido escolhido por Deus para crer.

Em Romanos 9.10-13, Paulo ensinou que mesmo antes de Jacó e Esaú nascerem, ou terem feito algo bom ou mau, Deus escolheu o primeiro e rejeitou o último. Por qual razão? “Para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse” (v. 11). A pergunta natural é: “Há injustiça da parte de Deus?” (v. 14); “De modo nenhum”, diz Paulo: (v. 14). “Pois ele [Deus] diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia” (v. 15,16). Quão mais óbvio o apóstolo poderia deixar isso? A eleição divina é incondicional.

Em Apocalipse 17.8 lê-se sobre “cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida desde a fundação do mundo” (v. tb. 13.8). Devem ser observadas várias coisas na passagem. Primeira, alguns nomes já foram escritos no Livro da Vida antes da fundação do mundo e alguns não. Algum será adicionado? Nenhum! Algum será perdido?

Nenhum! Os eleitos e os não eleitos foram predeterminados desde a eternidade. O número deles é absolutamente imutável. Deve-se observar que isso é verdade no calvinismo e no arminianismo.

Ora, no esquema arminiano, se Deus prevê todos os que o escolherão e ratifica a escolha deles ao lhes escrever o nome no Livro da Vida, pode alguém mais ser salvo além daqueles a quem Deus previu? Sem dúvida não! Fosse possível, então Deus deixaria de ser Deus. Algo teria escapado do seu conhecimento. Assim, não existe diferença na questão do número de eleitos e não eleitos, salvos e não salvos, no arminianismo ou calvinismo. O número foi estabelecido desde a eternidade. Ninguém pode mudá-lo. A única diferença é que Deus faz a escolha. Ou Deus salva os homens por eleição para Jesus Cristo, ou os homens salvam a si mesmos por desejarem Jesus Cristo por si mesmos. A Bíblia afirma que Deus é o autor da salvação: “Ao SENHOR pertence a salvação!” (Jn 2.9). Em João 1.12,13 lemos: “Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus”.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

Deus tem um povo eleito

“Eis que os céus e os céus dos céus são do SENHOR, teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão somente o SENHOR se afeiçoou a teus pais para os amar; a vós outros, descendentes deles, escolheu de todos os povos, como hoje se vê.” (Dt 10.14,15) “Feliz a nação cujo Deus é o SENHOR, e o povo que ele escolheu para sua herança.” (Sl 33.12) “Bem-aventurado aquele a quem escolhes e aproximas de ti, para que assista nos teus átrios; ficaremos satisfeitos com a bondade de tua casa — o teu santo templo.” (Sl 65.4) “Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar.” (Mt 11.27) “Porque muitos são chamados, mas poucos, escolhidos.” (Mt 22.14)

“Não fará Deus justiça aos seus escolhidos, que a ele clamam dia e noite, embora pareça demorado em defendê-los?” (Lc 18.7) “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito. Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.” (Rm 8.28-30) “Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica.” (Rm 8.33)

“Paulo, servo de Deus e apóstolo de Jesus Cristo, para promover a fé que é dos eleitos de Deus e o pleno conhecimento da verdade segundo a piedade.” (Tt 1.1) “A eles foi revelado que, não para si mesmos, mas para vós outros, ministravam as coisas que, agora, vos foram anunciadas por aqueles que, pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho, coisas essas que anjos anelam perscrutar.” (1Pe 1.12)

É Deus quem escolhe os indivíduos para a salvação pela graça

“Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros e vos designei para que vades e deis fruto, e o vosso fruto permaneça; a fim de que tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, ele vo-lo conceda.” (Jo 15.16) “Querendo ele percorrer a Acaia, animaram-no os irmãos e escreveram aos discípulos para o receberem. Tendo chegado, auxiliou muito aqueles que, mediante a graça, haviam crido.” (At 18.27) “E não ela somente, mas também Rebeca, ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição, prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei Jacó, porém me aborreci de Esaú. Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia. Porque a Escritura diz a Faraó: Para isto

mesmo te levantei, para mostrar em ti o meu poder e para que o meu nome seja anunciado por toda a terra. Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz. Tu, porém, me dirás: De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade? Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro, para desonra? Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão, os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios?.” (Rm 9.10-24) “Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade.” (Ef 1.5) “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas.” (Ef 2.10) “Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo e não somente de crerdes nele.” (Fp 1.29)

“Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo.” (2Ts 2.13,14)

PERGUNTAS:

1. Qual é a diferença entre a visão arminiana e calvinista da eleição divina?
2. Eleição é salvação? Explique.
3. A eleição ocorre de acordo com a presciência ou previsão? O que a Bíblia ensina e qual é a diferença entre essas duas visões?
4. O que se quer dizer com o termo “presciência”?

5. A expiação realizada por Jesus

O calvinismo defende que a expiação realizada por Jesus Cristo foi suficiente para salvar todos os homens, mas eficiente para redimir apenas os eleitos de Deus — aqueles a quem o Pai escolheu desde a eternidade (Ef 1.4). Dessa forma, a eficácia da expiação foi limitada. Como Boettner observou: “Foi uma obra objetiva realizada na história para remover todas as barreiras legais contra quem ela foi aplicada”.^[14] Os calvinistas afirmam, com a Escritura, que o Espírito de Deus aplica de forma subjetiva os méritos da expiação realizada por Jesus ao coração das pessoas por quem o Salvador morreu.

Os arminianos há muito acusam os calvinistas de limitar o poder da expiação. Essa acusação é falsa. A fé histórica ensina que a expiação realizada por Jesus cumpre exatamente o que Deus decretou. O Senhor Jesus Cristo declarou: “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora. Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou. E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu; pelo contrário, eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.37-39).

Como vimos, o calvinismo ensina que o caráter da expiação é limitado ou particular. A limitação, contudo, não está no poder da salvação, mas em seu propósito. Os cristãos reformados sustentam a limitação da expiação na eficácia, não na suficiência. Isto é, o sacrifício expiatório de Cristo é suficiente para salvar todos, mas é eficiente para salvar só os eleitos. Não existe carência de poder.

Da mesma forma, os calvinistas ensinam que todos os homens se beneficiam de maneira indireta da expiação. Eles são recipientes do que tem sido chamado “a bondade de Deus” (o tratamento gracioso de Deus para com toda a humanidade, declarado em Mt 5.45 e 1Tm 4.10) pelo fato de a expiação realizada por Jesus reverter os efeitos da queda. A suficiência plena da expiação é a base da oferta universal do evangelho (Jo 3.16; Mt 11.28-30). Os calvinistas

também creem que a expiação é suficiente para a redenção do mundo caído (Cl 1.20), embora ela não abarque todas as pessoas do mundo. Isto é, Deus não deixou o mundo no estado caótico (Gn 3.14-19; Rm 8.19-25); antes, Cristo veio para reverter os efeitos da queda sobre o todo o cosmo.

A expiação realizada por Jesus é também universal no sentido de visar “todos os tipos de homens”. Isto é, ele morreu por homens de todas as nações, tribos e línguas. Em Apocalipse 5.9, lemos: “E entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação”. Este é o mundo de homens por quem Cristo morreu (cf. 1Jo 2.2; Jo 11.51,52). É o mundo sem distinção! O mundo em que “não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3.28). Mas não se trata do mundo sem exceção, como no universalismo — ou seja, em que todos serão salvos. Há uma grande diferença entre suficiência e eficiência.

Os cristãos reformados entendem ser Deus absolutamente soberano, e que realizará todos os seus propósitos. Eles também reconhecem que Deus não desejou salvar todos os homens (Mt 25.31-46; Ap 20.11-15). Os calvinistas concluem dessa forma, por meio da Escritura, que Cristo não morreu para salvar todos os homens.

Como Cristo poderia dizer que nenhum daqueles a quem o Pai lhe deu se perderia, a menos que ele tivesse morrido por eles? Além disso, como ele poderia realizar a vontade do Pai se falhasse em salvar quem lhe foi dado pelo Pai? É realmente concebível que Cristo tenha vertido seu sangue por quem já estava no céu no momento da expiação (p. ex., Esaú ou Faraó; cf. Rm 9.10-18)?

De modo geral, os arminianos contestam o argumento acima ao afirmar que, embora Cristo tenha morrido por todos os homens, eles ainda precisam crer (isto é, confiar na obra consumada do Messias). Em outras palavras, a obra expiatória foi realizada, e os pecados da humanidade perdoados, mas o homem deve aceitar isso por si mesmo. Isto, contudo, não é coerente com a Bíblia.

Lê-se em 2 Coríntios 5.18,19: “Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação”. Como pode Deus não imputar as transgressões de homens caídos por causa da expiação realizada por Jesus, e ainda assim enviar muitos para o inferno? Os arminianos responderiam: *Incredulidade!* Contudo, a incredulidade não é uma transgressão que não deveria ser imputada a eles? Ou talvez precisemos dizer que a morte de Cristo não pretendia perdoar todos os pecados de todos os homens, mas apenas alguns pecados. Que diremos? Alguns ou todos?

Os arminianos se encontram em um dilema teológico. Ou todos os pecados (incluindo a incredulidade) foram expiados e ninguém se perderá, ou nem todos os pecados foram expiados e todos os homens precisarão dar conta de alguns pecados e, dessa forma, ninguém será salvo. Esse é um problema sério e insolúvel na visão arminiana da expiação realizada por Jesus.

O conhecimento correto da doutrina bíblica da justificação ajudará no entendimento da natureza da expiação realizada por Jesus. A justificação define a importância salvadora da obra de Cristo em favor de seu povo. Trata-se de um termo legal que se refere ao fato de Deus declarar (em vez de tornar) os homens justos (v. o Apêndice C, *Justificação pela fé*). A justificação é imputada, não comunicada ou infundida. Quando Cristo realizou a expiação pelo pecado na cruz, ele morreu de uma vez por todas pelos pecados, e apenas uma vez, como expressou o apóstolo Pedro: “Pois também Cristo morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos, para conduzir-vos a Deus; morto, sim, na carne, mas vivificado no espírito” (1Pe 3.18).

O trabalho necessário e exigido para a justificação de pecadores perdidos foi completado nessa ocasião. Ele foi/é um *fait accompli* (fato consumado).

Portanto, nada pode mudar o *status* legal da pessoa por quem Cristo morreu na expiação. O autor de Hebreus escreveu: “Com efeito, nos convinha um sumo sacerdote como este, santo,

inculpável, sem mácula, separado dos pecadores e feito mais alto do que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro, por seus próprios pecados, depois, pelos do povo; porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu” (7.26,27). E outra vez: “[Cristo] entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção” (9.12). Observe que a redenção *foi* obtida na obra expiatória do Senhor Jesus.

Ora, se a obra de Cristo na cruz foi aceita por Deus para a justificação de pecadores, e Deus declarou legalmente que não levará em conta as transgressões das pessoas por quem Cristo morreu, como elas podem se perder? Aqueles por quem o Senhor Jesus morreu serão necessariamente salvos. A expiação foi realizada por todos os pecados dessas pessoas, incluindo a incredulidade delas. Se ele morreu por todos os homens, então todos serão salvos. Ou o pecado deles foi expiado ou não. Como pode o Deus perfeitamente justo prometer uma coisa e não cumprir? Que tipo de Deus é esse? Com certeza não é o Deus da Escritura Sagrada. A doutrina calvinista da expiação limitada é a única resposta. Cristo expiou os pecados dos eleitos.

O arminianismo ensina que Cristo não veio morrer em favor de certos homens; antes, ele tornou a salvação possível a todos os homens. Mas, como já vimos, não é esse o ensino da Bíblia. Lê-se em Mateus 1.21: “Ele [Cristo] salvará o seu povo dos pecados deles”. Lucas 19.10 declara: “Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o perdido”. Em 1 Timóteo 1.15, Paulo escreveu: “Fiel é a palavra e digna de toda aceitação: que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores”. O Senhor Jesus não veio tornar a salvação possível; ele veio salvar.

Várias passagens bíblicas ensinam a doutrina calvinista da expiação limitada de Cristo. Algumas já foram mencionadas. Em Mateus 1.21 lemos que Cristo veio salvar seu povo dos pecados deles. Em Hebreus 9.12, vemos que a obra sacrificial de Cristo obteve redenção eterna para os pecados dos eleitos. Em Efésios 5.25 e Atos 20.28 Paulo declarou que Cristo morreu por seu corpo, a igreja.

O próprio Jesus ensinou que a expiação se limitava às suas ovelhas. Em João 10, o Senhor afirmou que suas ovelhas lhe ouvem a voz (v. 3,27); elas o conhecem (v. 14). Elas são as pessoas por quem ele entregou sua vida (v. 11,15). Ele não morreu por quem não confia nele; esse não é sua ovelha (v. 26). J. Gresham Machen certa vez disse: “Quando Cristo decide salvar um povo, ele o salva”.
[15]

Talvez o argumento mais forte em favor da visão calvinista da expiação limitada provenha da doutrina bíblica da apropriação. De acordo com ela, as três pessoas da Deidade triúna sempre trabalham em perfeita harmonia. Em outras palavras, um membro da Trindade não pode se envolver em obra contrária às obras das outras duas pessoas. Se isso fosse possível, não teríamos um Deus em três pessoas; antes, seriam três pessoas e três deuses separados — uma antiga heresia. A Bíblia nos ensina que Deus não é de confusão (1Co 14.33). Existe uma relação harmoniosa de ação na Trindade. Todos os membros sempre estão em perfeito acordo entre si.

Sendo este o caso, não é possível afirmar ter Cristo morrido em favor dos pecados de todos os homens. Isto é, o Pai escolheu apenas algumas pessoas para serem salvas (Ef 1.4); o Espírito regenera e sela apenas um certo número de indivíduos (Tt 3.56; Ef 1.13,14); e o Filho redime apenas esse mesmo número definido (Ef 1.7). Essas pessoas são as únicas por quem Jesus morreu — os eleitos de Deus.

Os arminianos contestam os versículos da Escritura acima com outros, como 1 Timóteo 2.3-6: “Deus [...] deseja que todos os homens sejam salvos [...] Cristo Jesus, homem, o qual a si mesmo se deu em resgate por todos”; e 2 Pedro 3.9: “Ele [Deus] é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento”. Contudo, quando esses versículos são estudados no próprio contexto, eles não ensinam a expiação universal. Na primeira passagem Paulo apenas afirmou que Deus deseja que todos os tipos de homens, isto é, judeus e gentios, sejam salvos (cf. 1Tm 2.1,2,7; e Rm 3.29). Em 2 Pedro 3.9 a mensagem é direcionada a quem faz parte da igreja.

Assim, Pedro defendeu de fato a doutrina da expiação limitada. Deus não é tardio para com suas promessas — ele deseja que todos os membros do seu corpo, a igreja, cheguem ao arrependimento. Nenhum deles perecerá.

Outras passagens da Escritura apontadas pelos arminianos em apoio à expiação universal são as que contêm a expressão “todo o que”. Em João 3.16, por exemplo, lemos: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”.

Ora, os calvinistas estão em plena concordância com os arminianos aqui — “todo o que” vier a Cristo será salvo (cf. Jo 6.37). O problema reside no fato que João 3.16 e outras passagens como essa não dizem nada sobre quem é *capaz* de vir a Cristo. Já o texto de João 6.44 é muito explícito: “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer”. Os versículos “todo o que” não ensinam a expiação universal.

Todos os que veem a Cristo o fazem de modo voluntário. A questão não é se eles veem voluntariamente, mas sim o que os tornou dispostos a vir? Foi Deus ou algo inerente no homem? A Bíblia diz que Deus é o autor da salvação e da disposição do homem de vir a Cristo.

Os autores deste livro opinam que a doutrina da expiação limitada é a mais difícil dos *cinco pontos do calvinismo* para a aceitação arminiana. É interessante que os arminianos também sustentam uma forma de expiação limitada. David Steele e Curtis Thomas escreveram: Os arminianos também limitam a obra expiatória de Cristo, mas se trata de uma expiação de natureza muito diferente. Eles afirmam que a obra salvadora de Cristo foi designada para tornar possível a salvação de todos os homens sob a condição de que creiam; todavia, a morte de Cristo em si não assegura ou garante em verdade a salvação de ninguém.

Pelo fato de nem todos os homens serem salvos pela obra redentora de Cristo, deve-se admitir certa limitação. Ou a expiação é limitada ao ser designada para assegurar a salvação de alguns pecadores, e não de outros, ou ela é limitada no sentido de não pretender assegurar a salvação de ninguém, e

designada apenas para tornar possível que Deus perdoe pecadores sob a condição de que eles creiam. Em outras palavras, deve-se limitar o desígnio da extensão (não foi pretendida para todos) ou da eficácia (não assegura a salvação de ninguém). Como Boettner observa de maneira hábil: para os calvinistas a expiação é como uma ponte estreita que atravessa todo o rio, para os arminianos é como uma grande ponte que se estende só até a metade do caminho.^[16]

Na verdade, o arminianos despersonalizam a expiação e a tornam impotente.

A questão perante nós é: *Por quem Cristo morreu?*

Existem apenas quatro respostas possíveis:

1. Cristo morreu por todos os pecados de todos os homens; se essa é a resposta correta à nossa pergunta, então, necessariamente, todos os homens serão salvos. Isso é inescapável. Já vimos que Cristo obteve a redenção eterna para as pessoas por quem ele morreu. A Bíblia ensina que os indivíduos por quem Cristo morreu serão legalmente declarados justos. Eles serão justificados; seus pecados serão perdoados. Essa é a doutrina do universalismo, refutada pela Palavra de Deus. Mateus 25.31-46 e Apocalipse 20.11-15, e outras passagens também, falam do juízo final, quando pessoas serão enviadas ao inferno (v. esp. Mt 25.41,46).
2. Ele morreu por alguns dos pecados de todos os homens: se essa é a resposta, então todos os homens devem pagar o preço dos pecados não expiados pela morte de Cristo. Todavia, a Bíblia ensina que mesmo um único pecado contra o Deus eterno merece a punição eterna (Tg 2.10; Gl 3.10).
3. Ele não morreu por nenhum pecado de ninguém: sendo esse fosse o caso, então obviamente ninguém poderia ser salvo. Ou seja, os pecados das pessoas salvas deveriam ser expiados por elas mesmas.
4. Ele morreu por todos os pecados de alguns homens: essa é a única resposta concebível. Vimos que a Bíblia ensina o conceito da expiação repetidas vezes. As pessoas por quem Cristo morreu, e só elas, serão salvas. Elas são os indivíduos escolhidos pelo Pai desde

a eternidade (Ef 1.4); são aqueles a quem o Espírito regenera e sela (Tt 3.5,6; Ef 1.13,14); eles são as pessoas redimidas pelo Filho (Ef 1.7).

Steele e Thomas escreveram:

O calvinismo histórico ou tradicional afirma com coerência que a obra redentora de Cristo foi definitiva em desígnio e realização: ela pretendia realizar a satisfação plena por pecadores específicos e, de fato, assegurou a salvação desses indivíduos e de ninguém mais. A salvação conquistada por Cristo para seu povo compreende todos os elementos envolvidos em levá-lo ao relacionamento correto com Deus, incluindo os dons da fé e do arrependimento. Cristo não morreu só para tornar possível Deus perdoar pecadores. Nem Deus deixou à mercê dos pecadores a eficiência da obra de Cristo ou não. Ao contrário, todos as pessoas por quem Cristo se sacrificou serão salvas infalivelmente. A redenção, portanto, objetivava cumprir o proposito eletivo de Deus.^[17]

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

Cristo morreu pelos pecados de seu povo — não pelos pecados de todas as pessoas no mundo

“Ela dará à luz um filho e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles.” (Mt 1.21)

“Tal como o Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.” (Mt 20.28)

“Rodearam-no, pois, os judeus e o interpelaram: Até quando nos deixarás a mente em suspenso? Se tu és o Cristo, dize-o francamente. Respondeu-lhes Jesus: Já vo-lo disse, e não credes. As obras que eu faço em nome de meu Pai testificam a meu respeito. Mas vós não credes, porque não sois das minhas ovelhas. As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar.” (Jo 10.24-29)

“Nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação. Ora, ele não disse isto de si mesmo; mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos. Desde aquele dia, resolveram matá-lo.” (Jo 11.50-53) “Tendo Jesus falado estas coisas, levantou os olhos ao céu e disse: Pai, é chegada a hora; glorifica a teu Filho, para que o Filho te glorifique a ti, assim como lhe conferiste autoridade sobre toda a carne, a fim de que ele conceda a vida eterna a todos os que lhe deste. E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste. Eu te glorifiquei na terra, consumando a obra que me confiaste para fazer; e, agora, glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo. Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra. Agora, eles reconhecem que todas as coisas que me tens dado provêm de ti; porque eu lhes tenho transmitido as palavras que me deste, e eles as receberam, e verdadeiramente conheceram que saí de ti, e creram que tu me enviaste. É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus; ora, todas as minhas coisas são tuas, e as tuas coisas são minhas; e, neles, eu sou glorificado. Já não estou no mundo, mas eles continuam no mundo, ao passo que eu vou para junto de ti. Pai santo, guarda-os em teu nome, que me deste, para que eles sejam um, assim como nós.” (Jo 17.1-11) “Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue.” (At 20.28) “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos destinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado, no qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados,

segundo a riqueza da sua graça, que Deus derramou abundantemente sobre nós em toda a sabedoria e prudência, desvendando-nos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito que propusera em Cristo, de fazer convergir nele, na dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as do céu como as da terra; nele, digo, no qual fomos também feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade, a fim de sermos para louvor da sua glória, nós, os que de antemão esperamos em Cristo.” (Ef 1.3-12) “Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito.” (Ef 5.25-27) “Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados.” (Hb 9.15) “Assim também Cristo, tendo-se oferecido uma vez para sempre para tirar os pecados de muitos, aparecerá segunda vez, sem pecado, aos que o aguardam para a salvação.” (Hb 9.28) “E entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação.” (Ap 5.9)

PERGUNTAS:

1. O que o calvinismo ensina sobre a suficiência da expiação realizada por Jesus?
2. Como a expiação realizada por Jesus é eficiente?
3. Cristo morreu por todos os pecados de todos os homens?
4. Qual é o dilema que envolve os arminianos com respeito à expiação universal?
5. Como a “doutrina da expiação” é afetada pela “doutrina da justificação”?
6. Qual é a doutrina da apropriação?

6. Chamando os homens a Cristo

No estudo sobre o calvinismo vimos que Deus é soberano sobre todas as coisas no universo, incluindo a salvação ou reprovação do homem. Todos os homens, mulheres e crianças nascidos no mundo estão mortos no pecado e por isso são incapazes de fazer algo para merecer a salvação. Se eles haverão de ser salvos, Deus precisa salvá-los. Em sua vontade soberana, Deus escolheu desde a eternidade, por sua graça, algumas pessoas para serem salvas por meio da fé em Jesus Cristo. Elas são as pessoas por quem Cristo morreu.

Todos os indivíduos escolhidos pelo Pai e dados ao Filho serão salvos; isto é, eles virão a Cristo em arrependimento e fé e ele os receberá em seu reino (Jo 6.37). Eles virão ao Filho porque são irresistivelmente atraídos pelo Pai (Jo 6.44). Em outras palavras, uma vez que Deus regenera o coração dos eleitos (Jo 3.3-8), então não mais odeiam a luz e amam as trevas (Jo 3.19). Antes, os regenerados confiarão em Jesus Cristo como Senhor e Salvador (Jo 3.21).

A Bíblia afirma que o poder regenerador do Espírito Santo é tão grande que não pode ser resistido. Os gerados do alto (os que nasceram de novo) são novas criaturas em Cristo (2Co 5.17). Em João 6, Jesus disse: “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim [...] todo aquele que da parte do Pai tem ouvido e aprendido, esse vem a mim [...] O espírito é o que vivifica [...] Por causa disto, é que vos tenho dito: ninguém poderá vir a mim, se, pelo Pai, não lhe for concedido” (v. 37,45,63,65). Da mesma forma, lê-se em Salmos 110.3: “Apresentar-se-á voluntariamente o teu povo, no dia do teu poder”. Isso é graça irresistível e salvadora.

Assim, como os homens são chamados a Cristo? A resposta é simples — de acordo com a Escritura! Isso significa que não devemos adotar a metodologia humanista no evangelismo. Por exemplo, os “apelos”^[18] para as pessoas irem à parte da frente da igreja e receber Jesus são antibíblicos. Não existe uma única convocação assim em toda a Escritura. A ideia de que se deve fazer

“apelos” para as pessoas serem salvas barateia as doutrinas da graça e apresenta um evangelho truncado.

Nem devemos apresentar doutrinas antibíblicas aos descrentes em eventos evangelísticos. Expressões piegas como: “Deus te ama e tem um plano maravilhoso para a sua vida” e/ou “Deus morreu por você” são impróprias. Já vimos que Cristo não morreu para salvar todos os homens, e que Deus não “tem um plano maravilhoso” para quem rejeita o evangelho.

Como os calvinistas chamam os homens para se aproximarem de Cristo? Eles o fazem ao pregar o evangelho apresentado na Palavra de Deus. Os cristãos reformados sabem não ser sua função salvar ninguém. A tarefa cristã consiste em apresentar com fidelidade a verdade do Cristo crucificado ao incrédulo como se vê em 1 Coríntios 2.1,2: “Eu, irmãos, quando fui ter convosco, anunciando-vos o testemunho de Deus, não o fiz com ostentação de linguagem ou de sabedoria. Porque decidi nada saber entre vós, senão a Jesus Cristo e este crucificado”.

O mandato da Grande Comissão dado pelo Senhor à igreja é uma ordem de natureza totalmente abrangente: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado” (Mt 28.19,20). Qualquer apresentação do evangelho que falhe em enfatizar todo o conselho de Deus — tudo que Cristo nos deu em sua Palavra — não passa de uma versão antibíblica do evangelismo. A salvação consiste em muito mais que apenas “ganhar almas”.

O verdadeiro evangelismo convoca ao arrependimento, à fé e mudança radical de estilo de vida. Lemos em 1 Pedro 1.2 que os cristãos verdadeiros são os “eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo”. Tiago escreveu: “Portanto, despojando-vos de toda impureza e acúmulo de maldade, acolhei, com mansidão, a palavra em vós implantada, a qual é poderosa para salvar a vossa alma” (1.21). Paulo registrou: “Mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências” (Rm 13.14).

O pecado contínuo e o cristianismo bíblico não se misturam. Em nenhum lugar a Bíblia ensina que Deus aceita os homens “como eles são”. Deus aceita os quebrantados — de coração compungido e contrito (Sl 51.17; Is 57.15) —, os que tremem diante de sua Palavra (Is 66.2).

A Bíblia ensina existir o chamado de caráter duplo para os homens virem a Cristo. O primeiro é denominado chamado externo ou exterior. Esse é a mensagem que chega a todos os ouvintes da pregação do evangelho. Jesus chamou todos os homens para virem a ele em Mateus 11.28-30: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para a vossa alma. Porque o meu jugo é suave, e o meu fardo é leve”. (É digno de nota que Cristo pregou a doutrina da eleição nos versículos 25-27, logo antes de estender o chamado exterior ou externo.) O calvinismo afirma a existência de três elementos essenciais no chamado externo:

1. A apresentação bíblica de Jesus Cristo como o Filho de Deus encarnado: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez” (Jo 1.1-3); “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1.14).
2. O chamado ao arrependimento por causa do pecado e a convocação à fé para aceitar a Cristo como Salvador e Senhor: “Respondeu-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2.38).
3. A promessa de perdão dos pecados só em Cristo; Jesus Cristo é o único caminho ao Pai: “Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (Jo 14.6). “E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4.12).

Como foi declarado, o chamado externo ou geral chega a todos os homens que ouvem a mensagem do evangelho, mesmo aos que Deus escolheu condenar. Entretanto, esse chamado é resistível. Muitos que ouvem o evangelho o rejeitam para sua condenação.

O segundo chamado é o chamado eficaz. Ele é irresistível, pois o Espírito de Deus regenera o coração do pecador para que ele receba a convocação e venha a Cristo. O chamado interno é feito apenas aos eleitos, e não pode ser rejeitado; ele sempre resulta na conversão. Boettner escreveu: “O Espírito graciosamente leva o pecador eleito a cooperar, crer, arrepender-se e ir a Cristo de maneira espontânea e voluntária. Portanto, a graça de Deus é invencível; redonda sempre na salvação daquele a quem ela é estendida”.^[19]

Sobre o assunto do chamado eficaz, a *Confissão de fé de Westminster* declara: Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, tirando-os, por Jesus Cristo, daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isso ele faz iluminando o seu entendimento espiritualmente e salvadoramente, a fim de compreenderem as coisas de Deus, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes coração de carne, renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom, e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

Essa vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus, e não de qualquer coisa prevista no homem, que nisso é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a responder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.^[20] (V. tb: *Confissão de fé de Londres* (batista), 1689, Cap. 10, Seções 1 e 2).

Observe que a *Confissão de Westminster* enfatiza corretamente a pregação da Palavra no chamado eficaz. Deus escolheu esse meio como a forma normal da atração das pessoas a Cristo. Paulo escreveu na epístola aos Romanos: “Pois não me envergonho do

evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê [...] E, assim, a fé vem pela pregação, e a pregação, pela palavra de Cristo” (1.16; 10.17). Em 1 Coríntios 1.18,21, o apóstolo declarou: “Certamente, a palavra da cruz é loucura para os que se perdem, mas para nós, que somos salvos, poder de Deus [...] Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por sua própria sabedoria, aprouve a Deus salvar os que creem pela loucura da pregação”.

Quando a Palavra de Deus é pregada ao eleito, Deus, em seu tempo perfeito, o atrai com graça, por seu Espírito, ao relacionamento salvador com Jesus Cristo. Isso é confirmado por várias passagens bíblicas, duas das quais são notórias. Em 1 Tessalonicenses 1.5, Paulo registrou: “Porque o nosso evangelho não chegou até vós tão somente em palavra, mas, sobretudo, em poder, no Espírito Santo e em plena convicção”. Em 2 Tessalonicenses 2.13, o apóstolo afirmou: “Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade”. Observe que, em cada caso, o Espírito de Deus aplica com eficácia a verdade da mensagem do evangelho ao coração do pecador eleito e o atrai a Cristo.

Deve-se observar, além disso, que o chamado eficaz é irresistível porque os santos são chamados à união com Cristo: “Fiel é Deus, pelo qual fostes chamados à comunhão de seu Filho Jesus Cristo, nosso Senhor” (1Co 1.9). Essa união é espiritual: “Mas aquele que se une ao Senhor é um espírito com ele” (1Co 6.17; cf. Jo 15.18; Rm 6.5).

O entendimento da doutrina da união do crente com Jesus Cristo, ignorada muitas vezes, é muito importante. Observe que os cristãos são: 1. Escolhidos em Cristo: “Assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor” (Ef 1.4).

2. Abençoados com todas as bênçãos espirituais em Jesus: “Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo” (Ef 1.3).

3. Predestinados à adoção como filhos por meio de Cristo: “Nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade” (Ef 1.5).
4. Redimidos por Jesus: “No qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça” (Ef 1.7).
5. Selados pelo Espírito Santo em Cristo: “Em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa” (Ef 1.13).
6. Vivificados e espiritualmente ressuscitados por Jesus: “E estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, pela graça sois salvos, e, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus” (Ef 2.5,6).
7. Aperfeiçoados em Cristo: “Porquanto, nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade. Também, nele, estais aperfeiçoados. Ele é o cabeça de todo principado e potestade” (Cl 2.9,10).
8. A vida do crente está oculta em Jesus: “Porque morrestes, e a vossa vida está oculta juntamente com Cristo, em Deus” (Cl 3.3).
9. Quando o cristão more, ele morre em Cristo: “Pois, se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também Deus, mediante Jesus, trará, em sua companhia, os que dormem. Ora, ainda vos declaramos, por palavra do Senhor, isto: nós, os vivos, os que ficarmos até à vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que dormem. Porquanto o Senhor mesmo, dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, descera dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro” (1Ts 4.14-16).
10. E, finalmente, o cristão é fisicamente ressuscitado e glorificado por Jesus: “Porque, assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo” (1Co 15.22). “Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados” (Rm 8.17).

Nas palavras de John Murray:

A união com Cristo é um tema muito amplo. Ela abarca cada palmo da salvação, desde a fonte inicial, na eleição eterna de Deus, até a realização final, na glorificação dos eleitos. Ela não é só uma fase da aplicação da redenção; de fato, sustenta todos os aspectos da redenção, na realização e aplicação. A união com Cristo liga todos esses aspectos, ao assegurar que Cristo a aplicará e comunicará a todos os comprados por sua redenção.

[\[21\]](#)

Como então a igreja chama os homens a Cristo? Ao pregar com fidelidade todo o conselho de Deus e não só uma versão truncada dele. Deus prometeu à igreja que, quando ela for fiel na proclamação da Palavra, ele a tornará eficaz: “Assim será a palavra que sair da minha boca: não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a designei” (Is 55.11).

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

A salvação é operada no pecador pela obra de Deus Espírito Santo, não pelo homem.

“O SENHOR, teu Deus, circuncidará o teu coração e o coração de tua descendência, para amares o SENHOR, teu Deus, de todo o coração e de toda a tua alma, para que vivas.” (Dt 30.6) “Dar-vos-ei coração novo e porei dentro de vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne. Porei dentro de vós o meu Espírito e farei que andeis nos meus estatutos, guardeis os meus juízos e os observeis.” (Ez 36.26,27) “Dar-lhes-ei um só coração, espírito novo porei dentro deles; tirarei da sua carne o coração de pedra e lhes darei coração de carne.” (Ez 11.19) “Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar.” (Mt 11.25-27) “Mas vós, continuou ele, quem dizeis que eu sou? Respondendo Simão Pedro, disse: Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo. Então, Jesus lhe afirmou: Bem-

aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus.” (Mt 16.15-17) “Ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia. Está escrito nos profetas: E serão todos ensinados por Deus. Portanto, todo aquele que da parte do Pai tem ouvido e aprendido, esse vem a mim.” (Jo 6.44,45) “Contudo, há descrentes entre vós. Pois Jesus sabia, desde o princípio, quais eram os que não criam e quem o havia de trair. E prosseguiu: Por causa disto, é que vos tenho dito: ninguém poderá vir a mim, se, pelo Pai, não lhe for concedido.” (Jo 6.64,65) “Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus.” (Jo 1.12,13) “A isto, respondeu Jesus: Em verdade, em verdade te digo que, se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus. Perguntou-lhe Nicodemos: Como pode um homem nascer, sendo velho? Pode, porventura, voltar ao ventre materno e nascer segunda vez? Respondeu Jesus: Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito é espírito. Não te admires de eu te dizer: importa-vos nascer de novo. O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito.” (Jo 3.3-8) “Não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo.” (Tt 3.5)

PERGUNTAS:

1. O homem é capaz de resistir ao poder regenerador do Espírito Santo? Explique.
2. Por que as igrejas reformadas não fazem “apelos” no evangelismo?
3. O que é o chamado externo do evangelho?
4. O que se quer dizer com a expressão chamado eficaz do evangelho?
5. O que vem primeiro: a regeneração ou a fé? Explique.

7. Perseverança, ou uma vez salvo sempre salvo?

É possível para a pessoa salva pela graça cair da graça? O arminianismo responde de forma positiva, o calvinismo de modo negativo. De acordo com a teologia arminiana, a salvação decorre dos esforços combinados de Deus e do homem. Deus toma a iniciativa, mas o homem deve responder. A resposta é o fator determinante na salvação. Como o homem determinou, por si mesmo, vir a Cristo, então ele pode também, de forma deliberada, afastar-se de Cristo e cair da graça.

De acordo com a teologia reformada e calvinista, o Deus triúno é o único Autor da salvação — do princípio ao fim. Dessa forma, uma vez que alguém tenha de fato nascido de novo, essa pessoa jamais poderá cair da graça: o poder de Deus a guarda até o fim. Lê-se na *Confissão de fé de Westminster*: Os que Deus aceitou no seu Bem-amado, chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado de graça, nem total, nem finalmente, mas, com toda a certeza, hão de perseverar nesse estado até o fim, e serão eternamente salvos.

Essa perseverança dos santos não depende do livre-arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles, e da natureza do pacto da graça; de todas essas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.

Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e, por algum tempo, continuar neles; incorrem, assim, no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e, de algum modo, vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm o seu coração endurecido e a sua consciência ferida; prejudicam e escandalizam os outros e atraem para si juízos temporais.^[22] (V.

tb.: *Confissão de fé de Londres* (batista), 1689, Cap. 17, Seções 1-3).

A *Confissão de Westminster* afirma que os crentes são guardados na fé pelo poder do Deus triúno; todavia, eles são responsáveis em perseverar. O cristianismo não é fatalista. O homem não é um robô; antes, ele é portador da imagem do Deus altíssimo. O homem deve perseverar, mas em todo o momento ele deve reconhecer que a graça divina o preserva até o fim. Em Filipenses 1.6, Paulo escreveu: “Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus”. Adiante, em 2.12b,13, ele declarou: “Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade”. E em Salmos 37.28, lemos: “O SENHOR [...] não desampara os seus santos; serão preservados para sempre”.

Em João 10.27-29, o Senhor Jesus declarou: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar”. Observe que é Cristo quem dá às ovelhas (crentes) a vida eterna, e é o Pai e o Filho que prometem às ovelhas que elas nunca perecerão; a vida eterna é delas em Cristo (v. 28,29). Todavia, o crente é responsável por ouvir a Palavra de Cristo e ser obediente a ele (v. 27).

A *Confissão de Westminster* também diz que a doutrina da perseverança não significa que os verdadeiros crentes não sofrerão provas e tribulação. Nem significa que os santos não cairão algumas vezes em pecados sérios. Esses pecados, deve-se acrescentar, trarão o juízo temporário divino. Mas os verdadeiros cristãos acabarão voltando-se para Deus e tendo a comunhão com ele restaurada. O Rei Davi é um exemplo dessa verdade.

Davi era um homem segundo o coração de Deus (At 13.22). Todavia, ele caiu em profundo pecado com Bate-Seba — a mulher de Urias, o hitita (2Sm 11). Quando o rei foi confrontado pelo pecado por Natã, o profeta, ele se arrependeu e recebeu o perdão divino (2Sm 12.13). Contudo, ele ainda teve que experimentar os juízos

temporários como consequência dos pecados. O texto de 2 Samuel 12.14-20.26 é o comentário divino sobre esse fato.

Outra forte razão para aderir à doutrina da perseverança dos santos é a doutrina da adoção — decorrente dessa. A Bíblia ensina que quem veio a Cristo e foi justificado também foi adotado e participa de numa relação filial com o Pai. Essa pessoa conta com o privilégio de chamá-lo *aba* — termo aramaico que reflete intimidade, equivalente à palavra portuguesa “papai” (Rm 8.15; Gl 4.5). James I. Packer escreveu: “O que é o cristão? A questão pode ser respondida de muitas formas, mas a resposta mais rica que conheço é: o cristão é alguém que tem a Deus por Pai”.^[23]

É importante observar que a Bíblia ensina a realidade presente da adoção. Lemos em 1 João 3.1,2: “Vede que grande amor nos tem concedido o Pai, a ponto de sermos chamados filhos de Deus; e, de fato, somos filhos de Deus. Por essa razão, o mundo não nos conhece, porquanto não o conheceu a ele mesmo. Amados, agora, somos filhos de Deus”. Adoção na família de Deus não é algo pelo que o crente deve esperar; ele já é filho agora. A *Confissão de fé de Westminster* declara: A todos os que são justificados, é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, tornar participantes da graça da adoção, pela qual eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam da liberdade e dos privilégios deles, têm sobre si o nome dele, recebem o Espírito de adoção, têm acesso, com confiança, ao trono da graça, e são habilitados a clamar: “Abba, Pai”; eles são tratados com comiseração, protegidos, supridos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia da redenção, e herdaram as promessas, como herdeiros da eterna salvação.^[24] (V. tb.: *Confissão de fé de Londres* (batista), 1689, Cap. 12, Seção 1).

Observe que a *Confissão de fé de Westminster* enfatiza o cuidado paternal do Deus todo-poderoso para com quem já participa da relação *filial* consigo. Essa pessoa lhe pertence; é seu filho; ele nunca a lançará fora. Ela perseverará!

A partir do que foi estudado acima, deveria ser óbvio que a doutrina calvinista da perseverança dos santos não equivale ao sentido da expressão “uma vez salvo, sempre salvo”. Essa doutrina

pseudocristã afirma que quem fez a profissão de fé é salvo. A pessoa pode viver como quiser — realmente não importa, pois “uma vez salvo, sempre salvo”.

Um dogma importante da doutrina “uma vez salvo, sempre salvo” é o conceito de que Cristo pode ser o Salvador de alguém e ao mesmo tempo não ser seu Senhor. Esse ensino é prevalente em especial em círculos dispensacionalistas. A *Bíblia de Estudo Scofield*, por exemplo, alega que há dois tipos de cristãos: o espiritual e o carnal (cf. as notas de Scofield sobre 1Co 2.14). O último não se rende ao senhorio de Cristo, mas é salvo.

Outro teólogo dispensacionalista, Charles Ryrie, declarou: “A questão é simplesmente esta: alguém precisa fazer de Cristo o Senhor de sua vida ou estar disposto a fazê-lo para ser salvo?”. A resposta de Ryrie é NÃO!^[25]

Esse tipo de teologia está longe de ser bíblica. A mera profissão de fé não salva ninguém. A teologia reformada, com a Palavra de Deus, sempre manteve que a falta de comprometimento com o senhorio de Cristo na vida constitui a ausência da fé salvadora. Arthur W. Pink escreveu: “Ninguém pode receber Jesus como Salvador e rejeitá-lo como Senhor”.^[26] Buswell disse que a fé salvadora: “Não é [...] credulidade que não questiona, mas a reação positiva de todo o ser do homem em direção a Jesus Cristo como Filho de Deus”.^[27]

Vimos que Paulo admoestou os filipenses a “desenvolver a [sua] salvação com temor e tremor”. Então em Romanos 10.9: “Se, com a tua boca, confessares Jesus como Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo”. Isso é teologia do senhorio.

Da mesma forma, Pedro chama os santos a “com diligência cada vez maior, confirmar a [sua] vocação e eleição” (2Pe 1.10). O autor de Hebreus afirma que quem não “busca a santificação” não verá o Senhor (12.4). Em Lucas 6.46, o Senhor Jesus Cristo perguntou: “Por que me chamais Senhor, Senhor, e não fazeis o que vos mando?”. Essas passagens advertem fortemente contra uma visão de fé salvadora que negue o senhorio de Cristo.

Vários exemplos bíblicos demonstram que a mera profissão de fé não torna ninguém cristão. Em Atos 8 lemos sobre Simão, o Mago, que fez uma profissão de fé em Cristo (v. 13). Mas no final do capítulo ele se afastou de Deus (v. 20,21). Sua profissão era espúria.

Outro exemplo é o de Demas, que trabalhou no ministério do evangelho durante alguns anos com Paulo e Lucas (v. Cl 4.14; Fm 24). Mais tarde, porém, ele abandonou o cristianismo pelas coisas do mundo (2Tm 4.1). Steele e Thomas escreveram: A doutrina da perseverança dos santos não ensina que todos os que professam a fé cristã chegarão com certeza ao céu. Os santos — os separados pelo Espírito — perseveram até o fim. Os crentes — os recipientes da fé viva e verdadeira em Cristo — estão seguros e salvos nele. Muitos que professam crer cairão, mas eles não caem da graça pois nunca estiveram nela. Os crentes verdadeiros caem em tentações, e cometem pecados graves, mas esses pecados não fazem com que percam a salvação ou sejam separados de Cristo.^[28]

Isso de forma alguma implica que o calvinismo ensine que as obras merecem a salvação. Nada poderia estar mais longe da verdade. Em Efésios 2.8,9, Paulo afirmou: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”.

A teologia reformada mantém, com Paulo, que a justificação decorre só da graça por meio da fé em Cristo. Martinho Lutero chamou essa doutrina de “a doutrina pela qual a igreja cai ou permanece de pé”. Calvino a chamou de “dobradiça da Reforma”.^[29]

Contudo, o calvinismo concorda com a conclusão de Paulo na passagem de Efésios 2.8-10. Lê-se no versículo 10: “Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas”. As boas obras, diz o apóstolo, não merecem a salvação, mas elas necessariamente aparecerão se alguém foi verdadeiramente salvo. Elas são obras de necessidade, não de mérito (Tg 2.26). O grito de batalha da Reforma era o da “justificação pela graça por meio só da fé, mas não da fé que anda sozinha”. As boas obras necessariamente seguirão a fé salvadora.

Uma observação a ser feita é que a doutrina da perseverança dos santos não existe de forma isolada. Ela é parte da ampla obra de salvação de Deus em todos e cada um dos seus filhos eleitos. Boettner observou: Esta não é uma doutrina isolada, e sim parte necessária do sistema teológico calvinista. As doutrinas da eleição e da graça eficaz implicam logicamente na salvação segura de quem recebe essas bênçãos. Se Deus escolheu, de maneira absoluta e incondicional, determinadas pessoas para a vida eterna, e se o Espírito aplica a essas pessoas os benefícios da redenção com eficácia, então a conclusão iniludível é que essas pessoas serão salvas para sempre.^[30]

Por último, a doutrina da perseverança dos santos garante que os cristãos verdadeiramente nascidos de Deus alcançarão o estágio final da salvação que consiste na glorificação. John Murray escreveu: A glorificação é a fase final da aplicação da redenção. É a conclusão do processo iniciado pelo chamado eficaz. Na verdade, é a conclusão de todo o processo de redenção, pois significa alcançar o objetivo para o qual o eleito de Deus foi predestinado de acordo com o propósito eterno do Pai, e envolve a consumação da redenção garantida e assegurada pela obra vicária de Cristo.^[31]

A glorificação ocorre em dois estágios:

1. Quando o crente morre, Cristo o leva para a glória (Jo 14.1-3). Lá ele estará com todos os santos (Hb 12.22), e presente com o Senhor para sempre (2Co 5.8). Esse estágio ocorrerá sem o corpo ressurreto.
2. Há o segundo estágio que alcança a glória ainda maior. Ele ocorrerá no dia final, quando o Senhor Jesus Cristo retornar para iniciar o reino de glória. Nesse dia, os cristãos serão revestidos com seu corpo da ressurreição: “E, quando este corpo corruptível se revestir de incorruptibilidade, e o que é mortal se revestir de imortalidade (1Co 15.54). Paulo mencionou isso de maneira mais completa em 1 Coríntios 15.20-58 e 1 Tessalonicenses 4.13-17.

A *Confissão de fé de Westminster* declara no Capítulo 32, Seções 1-3: Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para

Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

Deus salva o seu povo para a eternidade e eles não perdem a sua salvação.

“Mas agora, assim diz o SENHOR, que te criou, ó Jacó, e que te formou, ó Israel: Não temas, porque eu te remi; chamei-te pelo teu nome, tu és meu. Quando passares pelas águas, eu serei contigo; quando, pelos rios, eles não te submergirão; quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama arderá em ti. Porque eu sou o SENHOR, teu Deus, o Santo de Israel, o teu Salvador; dei o Egito por teu resgate e a Etiópia e Sebá, por ti.” (Is 43.1-3) “Porque os montes se retirarão, e os outeiros serão removidos; mas a minha misericórdia não se apartará de ti, e a aliança da minha paz não será removida, diz o SENHOR, que se compadece de ti.” (Is 54.10) “Farei com eles aliança eterna, segundo a qual não deixarei de lhes fazer o bem; e porei o meu temor no seu coração, para que nunca se apartem de mim.” (Jr 32.40) “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” (Jo 3.16) “Em verdade, em

verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida.” (Jo 5.24) “Declarou-lhes, pois, Jesus: Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede. Porém eu já vos disse que, embora me tenhais visto, não credes. Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora. Porque eu descí do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou. E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum eu perca de todos os que me deu; pelo contrário, eu o ressuscitarei no último dia. De fato, a vontade de meu Pai é que todo homem que vir o Filho e nele crer tenha a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia.” (Jo 6.35-40) “Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em mim tem a vida eterna.” (Jo 6.47)

“As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar. Eu e o Pai somos um.” (Jo 10.27-30) “Já não estou no mundo, mas eles continuam no mundo, ao passo que eu vou para junto de ti. Pai santo, guarda-os em teu nome, que me deste, para que eles sejam um, assim como nós. Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura.” (Jo 17.11,12) “Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.” (Rm 8.29,30) “Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? Como está escrito: Por amor de ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro. Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou. Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem os

poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.” (Rm 8.35-39) “O Senhor me livrará também de toda obra maligna e me levará salvo para o seu reino celestial. A ele, glória pelos séculos dos séculos. Amém!” (2Tm 4.18) “Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados.” (Hb 9.15) “Porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados.” (Hb 10.14)

“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós outros que sois guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo.” (1Pe 1.3-5).

“E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no seu Filho. Aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida. Estas coisas vos escrevi, a fim de saberdes que tendes a vida eterna, a vós outros que credes em o nome do Filho de Deus.” (1Jo 5.11-13) “Também sabemos que o Filho de Deus é vindo e nos tem dado entendimento para reconhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho, Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna.” (1Jo 5.20)

PERGUNTAS:

1. De acordo com a teologia arminiana, por que o homem é capaz de perder a salvação?
2. O que o calvinismo ensina sobre a salvação eterna?
3. Qual é a diferença entre as doutrinas de “perseverança” e “uma vez salvo sempre salvo”?
4. O que se quer dizer por salvação do senhorio e por que isso é importante?

5. Quais são os dois estágios de glorificação? Explique.

8. Providência divina ou humanismo cristão?

Já estudamos a doutrina da soberania divina no capítulo 2. Vimos que Deus é soberano sobre cada porção da criação; ele controla todas as áreas da vida. Nada acontece fora da vontade decretiva da Deidade triúna. A Bíblia ensina que Deus criou todas as coisas que já foram ou serão criadas (Gn 1; Cl 1.16; Hb 11.3). Ele fez isso no período de seis dias de Gênesis 1. Contudo, Deus não criou o universo e então o abandonou, permitindo assim que ele funcionasse por conta própria. Antes, ele guia e dirige todas as coisas de modo soberano, fazendo-as chegar ao destino designado.

A teologia arminiana sustenta que Deus está no controle absoluto de algumas coisas, mas ele não governa todos os detalhes do universo. Por exemplo, o arminianismo ensina que o homem está no controle do próprio destino espiritual. Isso é um pouco mais que uma forma de humanismo cristão.

Já o calvinismo afirma que Deus está no controle absoluto de cada parte do universo, mesmo dos mínimos detalhes: “[Ele] faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11). O que estamos estudando aqui é a doutrina da providência de Deus.

Louis Berkhof escreveu: “Providência divina é a ação pela qual Deus preserva todas as suas criaturas, opera em tudo que se passa no mundo e dirige todas as coisas para o fim determinado”.^[32]

A *Confissão de fé de Westminster* afirma: Deus, o grande criador de todas as coisas, sustenta, orienta, dispõe e governa todas as criaturas, ações e coisas, desde a maior até a menor, pela sua mui sábia e santa providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho de sua própria vontade, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia.^[33] (V. tb.: Confissão de fé de Londres (batista), 1689, Cap. 5, Seção 1.) A teologia calvinista declara existirem três elementos envolvidos na providência divina: preservação, concorrência e governo.

1. Preservação é a obra contínua da Deidade triúna para sustentar todas as coisas. O universo existe por causa de Deus e continua a

existir por seu divino poder. Tudo da criação é dependente totalmente de Deus: “Sustentando [ele, Cristo] todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hb 1.33); “Ele [Cristo] é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste” (Cl 1.17); “Se Deus pensasse apenas em si mesmo e para si recolhesse o seu espírito e o seu sopro, toda a carne juntamente expiraria, e o homem voltaria para o pó” (Jó 34.14,15).

2. Concorrência é a obra de Deus pela qual ele coopera com toda a criação, fazendo-a agir de acordo com sua vontade soberana. Deus é a primeira causa de todas as coisas; todavia, ele usa causas secundárias (p. ex., as forças da natureza, a vontade do homem) para cumprir seus propósitos. Essas causas secundárias de forma alguma atuam de maneira independente de Deus; antes, estão em completa concorrência com seu plano: “Dispões as trevas, e vem a noite [...] Os leõezinhos rugem pela presa e buscam de Deus o sustento [...] Envias o teu Espírito, eles são criados, e, assim, renovas a face da terra” (Sl 104.20,21,30).

3. Governo é a obra de Deus pela qual ele governa todas as coisas de modo contínuo, de forma que elas respondem de fato ao propósito de sua existência. O escopo do governo divino é universal. Ele é Rei do universo, e governa todas as coisas nele de acordo com seu bom propósito: “No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada” (Sl 115.3); “Aleluia! Pois reina o Senhor, nosso Deus, o Todo-Poderoso” (Ap 19.6).

Em resumo, o calvinismo afirma que o Senhor Deus todo-poderoso reina e controla toda a história; trata-se de *sua história*. Falamos disso no capítulo 2, mas é necessário mencioná-lo de novo. A providência de Deus é inclusiva: 1. Todo o universo é controlado por Deus: “Nos céus, estabeleceu o SENHOR o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo” (Sl 103.19).

2. O mundo físico é governado por ele: “Fazes crescer a relva para os animais e as plantas, para o serviço do homem, de sorte que da terra tire o seu pão” (Sl 104.14).

3. Ele também governa sobre o mundo espiritual: “Aquele que a seus anjos faz ventos, e a seus ministros, labareda de fogo” (Hb 1.7).

4. Deus governa sobre o reino animal: “Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta. Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves?” (Mt 6.26).

5. A mão de Deus dirige os assuntos das nações: “Multiplica as nações e as faz perecer; dispersa-as e de novo as congrega” (Jó 12.23).

6. Deus preside cada parte da vida, da concepção no ventre até a morte: “Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda” (Sl 139.16).

7. Deus controla até mesmo o que parece contingente: “A sorte se lança no regaço, mas do SENHOR procede toda decisão” (Pv 16.33).

8. Deus protege os justos de modo soberano. Opera todas as coisas para o bem deles: “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito” (Rm 8.28).

9. Deus satisfaz todas as necessidades dos eleitos: “E o meu Deus, segundo a sua riqueza em glória, há de suprir, em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades” (Fp 4.19).

10. A providência divina traz respostas à oração: “Pedi, e dar-se-vos-á; buscai e achareis; batei, e abrir-se-vos-á [...] Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará boas coisas aos que lhe pedirem?” (Mt 7.7,11).

11. Deus pune os ímpios: “Fará chover sobre os perversos brasas de fogo e enxofre, e vento abrasador será a parte do seu cálice” (Sl 11.6).

A doutrina da providência não nos conduz ao dogma hipercalvinista do fatalismo (v. cap. 10); nem ensina que Deus é o autor do pecado (v. cap. 9). Antes, ela nos dá o consolo de que Deus está no controle absoluto de tudo que ocorre no universo. Nada acontece por acaso. O povo de Deus pode descansar na certeza de que seu Pai governa soberanamente tudo e todos. Lê-se no Artigo XIII da *Confissão belga*: cremos que o bom Deus, depois de ter criado

todas das coisas, não as abandonou, nem as entregou ao acaso ou à sorte, mas as orienta e governa conforme a sua santa vontade, de tal maneira que neste mundo nada acontece sem a sua determinação. Contudo, Deus não é o autor, nem pode ser acusado dos pecados que são cometidos, pois o seu poder e a sua bondade são tão grandes e incompreensíveis que ele ordena e faz a sua obra perfeitamente e com justiça, mesmo que os demônios e os ímpios ajam injustamente. E não queremos investigar curiosamente as obras dele (que ultrapassam o entendimento humano) além da nossa capacidade de entender. Porém, adoramos humilde e piedosamente a Deus em seus justos julgamentos, que nos estão escondidos, contentando-nos em ser discípulos de Cristo, para aprender somente o que ele nos revelou na sua Palavra, sem ultrapassar esses limites.

Essa doutrina nos traz um inexprimível consolo, desde que somos ensinados que nada nos acontece por acaso, mas pela determinação de nosso bondoso Pai celestial, que zela por nós com cuidado paternal, mantendo todas as criaturas de tal modo sob o seu poder que nenhum fio de cabelo (pois estes estão todos contados) e nenhum pardal cairá em terra sem o consentimento de nosso Pai, em quem confiamos totalmente, pois sabemos que ele reprime os demônios e todos os nossos inimigos, e que eles, sem a sua permissão, não podem nos prejudicar.

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

“Pelo que Davi louvou ao Senhor perante a congregação toda e disse: Bendito és tu, Senhor, Deus de Israel, nosso pai, de eternidade em eternidade. Teu, Senhor, é o poder, a grandeza, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, Senhor, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força.” (1Cr 29.10-12) “Jurou o SENHOR dos Exércitos, dizendo: Como pensei, assim sucederá, e, como determinei, assim se

efetuará. Quebrantarei a Assíria na minha terra e nas minhas montanhas a pisarei, para que o seu jugo se aparte de Israel, e a sua carga se desvie dos ombros dele. Este é o desígnio que se formou concernente a toda a terra; e esta é a mão que está estendida sobre todas as nações. Porque o SENHOR dos Exércitos o determinou; quem, pois, o invalidará? A sua mão está estendida; quem, pois, a fará voltar atrás?” (Is 14.24-27) “Lembra-vos das coisas passadas da antiguidade: que eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade; que chamo a ave de rapina desde o Oriente e de uma terra longínqua, o homem do meu conselho. Eu o disse, eu também o cumprirei; tomei este propósito, também o executarei.” (Is 46.9-11) “Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser, sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas.” (Hb 1.3) “Pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste.” (Cl 1.16,17)

PERGUNTAS:

1. O que se quer dizer por providência divina?
2. Por que o arminianismo deve ser considerado pouco mais que uma forma de “humanismo religioso”?
3. Quais são os três elementos da providência divina?
4. Liste as onze áreas sobre as quais a providência de Deus governa (apresentadas neste capítulo).
5. O que é fatalismo e como ele se distingue do calvinismo?
6. De que forma o arminianismo é similar ao fatalismo?

9. Deus é o autor do pecado?

Muitas vezes surge diante de nós essa questão a respeito do calvinismo. Formula-se o argumento da seguinte forma: “Se Deus está no controle absoluto do universo, preordenando todas as coisas, e o pecado existe no mundo, então Deus deve ser o autor do pecado”. Mas isso não se segue biblicamente.

Que prova temos de que pelo fato de Deus preordenar ou decretar que algo ocorra (p. ex., o pecado), então ele *deve forçar os agentes morais livres* a executá-lo? John Gerstner observou: “Não consideramos impossível que Deus possa predestinar a concretização de um ato por meio da escolha deliberada de indivíduos específicos”.^[34] Lemos na *Confissão de fé de Westminster*: Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensação mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.^[35] (V. tb.: *Confissão de fé de Londres* (batista), 1689, Cap. 3, Seção 1; e Cap. 5, Seção 4).

Não há dúvida de que o pecado é parte do plano de Deus na história. Nenhum cristão nega isso. De fato, como diz a *Confissão de Westminster*, o pecado ocorreu na história como parte do decreto divino. Os cristãos reformados afirmam, de acordo com a Bíblia, que

Deus preordenou o pecado. Ora, se o pecado estivesse fora do plano divino, então precisaríamos declarar que Deus não controla todas as coisas, e que algumas coisas acontecem à parte de sua vontade soberana.

Se fosse assim, então o pecado, ou o que trouxe o pecado ao mundo, seria mais poderoso que Deus. Quanto da história então estaria fora do plano preordenado por Deus? A queda de Adão, a crucificação de Jesus Cristo, etc., seriam acontecimentos que precisaríamos concluir estar fora da vontade divina.

Uma coisa útil a ser lembrada é que a Bíblia distingue a vontade secreta da vontade revelada, ou preceptiva, de Deus. Em Deuteronômio 29.29, lemos: “As coisas encobertas pertencem ao SENHOR, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei”. Moisés declarou aqui que não podemos conhecer o conselho secreto de Deus; há muitas coisas que ele não escolheu nos dizer. Não detemos o conhecimento exaustivo. Mas Deus nos outorgou a Bíblia (a vontade revelada), pela qual devemos viver. Essa é a vontade divina à qual temos a responsabilidade de obedecer.

A Escritura ensina que as vontades secreta e revelada de Deus operam em perfeita harmonia. Por exemplo, em Atos 2.23, lemos que Jesus foi “entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus”; todavia, Pedro disse: “Vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos”. Observe que a crucificação de Cristo ocorreu de acordo com o propósito preordenado de Deus — sua vontade secreta. Mas ele realizou isso por meio da ação de ímpios — que violaram a vontade revelada (isto é, o sexto mandamento), pois assassinaram um homem inocente [Cristo].

Deus não deixou a salvação dos eleitos ao acaso. Ele decretou que ela ocorreria “na plenitude dos tempos” e a executou de forma que não pode ser considerado o autor do pecado. Deus foi a causa primeira, enquanto os homens são as causas secundárias. Só as causas secundárias pecam.

Outro exemplo é encontrado no relato de Gênesis de José e seus irmãos. Os últimos, em ódio contra o irmão mais novo, o venderam

como escravo no Egito (37.12-36). Esse foi um ato premeditado da parte dos irmãos. Todavia, em Gênesis 45.8, José afirmou: “Assim, não fostes vós que me enviastes para cá [Egito], e sim Deus”. Mais adiante lemos: “Vós [os irmãos], na verdade, intentastes o mal contra mim; porém Deus o tornou em bem” (50.20). O Deus Altíssimo tinha um plano e o realizou por meio das ações humanas pecaminosas. Ele havia enviado José ao Egito para que seu povo tivesse alguém para o ajudar no período da fome. O Deus de Israel estava envolvido de forma real na ação dos irmãos, mas permaneceu sem pecado em todo o relato.

Surgiram várias tentativas antibíblicas de lidar com a questão da existência do mal:

1. Finitismo: essa visão rejeita a onipotência ou soberania de Deus. O Deus da Bíblia é reduzido a pouco mais que um ser finito, alguém que está fazendo o melhor que pode. Afinal, existem outras forças (más) no mundo iguais em poder a Deus. Satanás e a Deidade triúna são apanhados numa luta cósmica. Felizmente, Deus vencerá.

2. Fatalismo: o futuro de todas as coisas foi predeterminado por Deus (ou alguma força sobrenatural) de tal modo que o homem não tem nenhuma responsabilidade. A liberdade de escolha é ilusória. De acordo com essa teoria, o homem não pode ser considerado responsável. Isso é fatalismo ou hipercalvinismo.

3. Negação do mal: esse ponto de vista rejeita a realidade do mal, o que torna sua explicação desnecessária. O mal é ilusório; ele não existe. Mary Baker Eddy, fundadora da seita chamada Ciência Cristã, adota essa posição. Ela escreveu: “O mal não tem nenhuma realidade. Ele não é uma pessoa, nem lugar ou coisa, mas simplesmente uma crença, uma ilusão de sentido material”.^[36]

Como deveria ser óbvio a todo cristão, nenhuma dessas posições conta com fundamento bíblico. Elas são tentativas humanistas de lidar com a questão da existência do mal no mundo, à parte do plano preordenado de Deus.

Qual é a natureza do mal? Agostinho ensinou que ele é apenas privação do bem. Ele escreveu: “Pois o mal não tem nenhuma

natureza positiva; a perda do bem recebeu o nome de mal”.^[37] Isto é, Deus é o Criador de todas as coisas boas (Gn 1.31). Ele não criou o mal. O mal é apenas o oposto do bem, como as trevas consistem na ausência da luz. (Observe que Agostinho não negou que o pecado seja uma força poderosa no mundo — o que equivaleria a quase concordar com Mary Baker Eddy. Ele afirmou que o pecado não procede da mão criativa de Deus; ele é o oposto do bem procedente de Deus.) A Bíblia fala dessa maneira. Como vimos, Deus decretou todas as coisas que virão a acontecer. Nada está fora do seu propósito soberano, incluindo-se o pecado. Mas o decreto referente ao pecado é permissivo. Isto é, trata-se de um decreto que torna o pecado uma certeza, mas ele não é produzido por um ato divino direto. Como na crucificação de Cristo, Deus a preordenou, mas homens iníquos, de maneira livre e de todo o coração, a executaram. Deus é o autor dos agentes morais livres: eles são os autores do pecado. (Observe: em Jo 8.44, Jesus chama Satanás de autor do pecado.) Além disso, o conceito calvinista não defende que o decreto de permitir o pecado, o mal, etc., é um mero decreto permissivo; isto é, Deus permite que suas criaturas pequem como se estivesse a dizer: “Ah, tudo bem, afinal garotos serão sempre garotos...”. Deus abomina o pecado. O pecado contraria sua natureza. Entretanto, de acordo com sua vontade perfeita e secreta ele considerou adequado decretar o pecado como parte de seu plano para a história.

Alguns descrentes, como David Hume,^[38] argumentam que a existência do pecado, da dor e do mal no mundo nega o que a Bíblia alega como verdade sobre Deus. Dada a existência do pecado, da dor e do mal, Hume afirma: 1. Ou Deus não é poderoso o suficiente para eliminá-lo — nesse caso, ele não é onipotente;

2. Ou ele é a causa do mal, ou não é benevolente ou suficiente para causar sua cessação — dessa forma, ele não é um Deus bom.

Mas esse argumento não lida com vários fatos bíblicos:

1. Como resultado do decreto divino, o pecado entrou no mundo como um ato de rebelião contra Deus, não como um ato direto da parte dele (Gn 3).

2. Nem toda dor, todo sofrimento, etc., é necessariamente pecaminoso. Por exemplo, os pais algumas vezes precisam punir os filhos, não por causa de uma intenção perversa, mas para treiná-los para seu próprio bem. Deus age da mesma maneira com seus filhos (cf. Hb 12.3-11).

3. Deus nos disse que um dia ele eliminará o pecado por completo. A segunda vinda de Jesus iniciará o Dia do Juízo para alguns e o Reino de glória para outros (Mt 25.31-46; 2Ts 1.5-10; 2Pe 3.3-13; Ap 20.11-15; 21-22).

É interessante que Agostinho, em um argumento *ad hominem*, declarou que a existência do mal no mundo não refuta de forma alguma a existência do Deus da Bíblia. Antes, ele substantia o fato de Deus ser verdadeiro. Como vimos, o mal não pode existir à parte do bem; ele é a privação do bem. Portanto, a existência do mal necessita da existência do bem, o que por sua vez requer o padrão do bem: Deus e sua Palavra.^[39]

O cristão nunca deve imaginar compreender a mente divina de forma exaustiva. “As coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus” (1Co 2.11). Sua vontade secreta não é para nós conhecermos; somos responsáveis pela vontade revelada, encontrada na Escritura (Dt 29.29).

Embora não disponhamos do conhecimento exaustivo de como Deus usa o mal no mundo para realizar seus propósitos, sabemos que seus caminhos são perfeitos e devemos confiar que ele fará o melhor em todos os momentos. Com certeza o Deus infinito, santo, bom e todo-sábio tem um propósito bom para o mal, a dor e o sofrimento que existem.

Por que Deus decretou o pecado? A resposta última é “para sua própria glória” (Ef 1.11; Rm 11.33-36). Mas ignoramos a razão escolhida por Deus para demonstrar assim sua glória. Algumas coisas estão ocultas no conselho secreto do Altíssimo. Nas palavras de John Murray: Não nos cabe examinar as razões do seu [de Deus] conselho não revelado. É o nosso dever nos curvamos em humilde adoração e dizer: “Não fará justiça o Juiz de toda a terra?”. E se estivermos dispostos a dizer: “Por que me fizeste assim?”, devemos nos lembrar da resposta inspirada: “Quem és tu, ó homem, para

discutires com Deus? Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?”. Não podemos conhecer perfeitamente o Todo-Poderoso.^[40]

TEXTOS ADICIONAIS DAS ESCRITURAS:

“Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, e sim Deus, que me pôs por pai de Faraó, e senhor de toda a sua casa, e como governador em toda a terra do Egito.” (Gn 45.8) “As coisas encobertas pertencem ao SENHOR, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei.” (Dt 29.29) “A glória de Deus é encobrir as coisas, mas a glória dos reis é esquadrihá-las.” (Pv 25.2)

“Varões israelitas, atendei a estas palavras: Jesus, o Nazareno, varão aprovado por Deus diante de vós com milagres, prodígios e sinais, os quais o próprio Deus realizou por intermédio dele entre vós, como vós mesmos sabeis; sendo este entregue pelo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de iníquos; ao qual, porém, Deus ressuscitou, rompendo os grilhões da morte; porquanto não era possível fosse ele retido por ela.” (At 2.22-24) “Porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, para fazerem tudo que a tua mão e o teu propósito predeterminaram.” (At 4.27,28)

PERGUNTAS:

1. Deus preordenou a queda do homem no pecado?
2. Isso significa que Deus é o autor do pecado? Explique.
3. O que se quer dizer por causas secundárias?
4. Quais são os três conceitos antibíblicos do mal apresentados no capítulo?
5. Deus usa o mal para seus próprios propósitos a fim de realizar sua vontade? Explique.

10. Calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo

No livro analisamos de forma breve três sistemas teológicos: calvinismo, hipercalvinismo e arminianismo. O foco, por certo, ficou no primeiro: o que cremos ser o mais bíblico. A teologia calvinista ou reformada enfatiza a soberania absoluta de Deus sobre cada parte do universo, da menor à maior. Destacamos em particular a área da soteriologia: a doutrina da salvação.

Nosso estudo mostrou que a Bíblia ensina ser o homem caído em sentido ético (legal) totalmente depravado. Isso não significa que o homem não seja um agente moral livre; significa que ele tem total incapacidade a respeito das questões espirituais. O homem caído está morto em pecado e incapaz de fazer qualquer coisa agradável a Deus. Ele não consegue alcançar a Deus. Deus é o único autor da salvação. Ele elegeu, por sua vontade soberana, quem será salvo.

Nosso estudo também revelou que a morte do Senhor Jesus Cristo consistiu na expiação dos pecados dos eleitos de Deus. Sua obra sacrificial mereceu a salvação dos eleitos. As pessoas escolhidas pelo Pai, e por quem o Filho morreu, são trazidas de forma irresistível a Cristo pelo Pai. Elas são chamadas à união com o Filho. São regeneradas pelo Espírito Santo, de forma que responderão ao chamado do evangelho. Os três membros da Trindade sempre trabalham em perfeita harmonia entre si.

Assim que o indivíduo chega a Cristo para ser salvo, com toda a certeza perseverará até o fim. Ele nunca cairá de forma permanente, pois o poder de Deus o guarda até a glorificação final. A graça divina é eficaz *in toto*. A salvação é do Senhor do princípio ao fim.

O hipercalvinismo e o arminianismo erram nas respectivas tentativas de lidar com a doutrina bíblica da soteriologia. Os dois sistemas são diametralmente opostos. Os erros do primeiro estão em uma direção, e os erros do último em outra. O hipercalvinismo, como o nome indica, é uma perversão do calvinismo. Ele ultrapassa (hiper)

o ensino do calvinismo, vai muito além. Destaca a soberania divina na eleição ao excluir a responsabilidade humana. Na tentativa de exaltar a honra e a glória de Deus, o hipercalvinismo enfatiza de tal forma a eleição e graça irresistível que acaba por eliminar a necessidade de evangelizar. A vontade secreta de Deus é tão acentuada que se ignora a vontade revelada. O resultado é uma visão truncada do calvinismo. Duas coisas precisam ser mencionadas. Primeira, devemos deixar claro que a eleição não é salvação! A eleição é para Cristo, em quem está a salvação. Portanto, crer que pelo fato de Deus ter elegido um povo e que este povo é salvo pelo ato eletivo, por meio do qual *será então* irresistivelmente levado a Deus, é uma perversão do calvinismo bíblico. Segunda, deve-se observar também que na história recente alguns teólogos buscaram estabelecer o hipercalvinismo como uma manifestação do supralapsarianismo. Ou seja, o conceito supralapsário da ordem lógica dos decretos de Deus demanda a crença hipercalvinista. Isso não é verdade! Ao longo da história, o supralapsarismo consistiu na visão de João Calvino e muitos outros teólogos calvinistas.

Já o arminianismo acentua a habilidade do homem no estado caído em detrimento da soberania divina. No esquema arminiano, o homem não é totalmente depravado. Ele ainda conta com a capacidade de responder ao chamado do evangelho. Enquanto os calvinistas ensinam que a regeneração precede a fé, os arminianos alegam o oposto. Uma vez que o homem responda, com fé, ao chamado do Espírito, então Deus lhe regenerará o coração. Como vimos, isso não está em sintonia com a revelação bíblica. A incapacidade total significa incapacidade total (v. Rm 8.78; 1Co 2.14). É importante observar que a Bíblia ensina ser a fé salvadora um dom de Deus (Ef 2.89). A fé é fruto do Espírito (Gl 5.22). Mas nem todos os homens têm a fé salvadora (2Ts 3.2).

O arminianismo aparece sob muitas sombras e cores; isto é, há visões diferentes no próprio sistema. Contudo, o arminianismo puro defende o seguinte: 1. O homem não perdeu a capacidade de responder com fé ao evangelho. Ele não está morto no pecado.

2. A eleição é condicionada pela resposta humana ao chamado do evangelho, e se fundamenta na previsão divina, ou reconhecimento, de como o homem responderá.

3. A expiação realizada por Jesus tem caráter universal. Ou seja, Cristo morreu por todas as pessoas que já viveram.

4. A graça de Deus no chamado eficaz do evangelho é resistível. A vontade do homem se eleva acima do poder da vontade divina.

5. As pessoas regeneradas podem cair da graça. Mais uma vez, o poder humano sobrepuja a capacidade divina de salvar.

Esperamos que seja óbvio o quão distante o hipercalvinismo e o arminianismo estão do que a Bíblia ensina. O calvinismo é o único sistema verdadeiro à Palavra de Deus. A teologia reformada alega que o Deus triúno da Escritura é soberano na salvação do princípio ao fim. Todavia, de acordo com a Bíblia, o calvinismo mantém que o homem é um ser responsável e moral. Nenhuma das duas doutrinas deve excluir a outra. Ambas são verdades bíblicas.

Fechamos o capítulo com uma breve olhadela na história do calvinismo. O sistema doutrinário que carrega o nome de João Calvino não foi originado por ele. Já se afirmou antes que o calvinismo é um mero apelido pelo qual os teólogos reformados se referem aos dogmas ensinados por toda a Escritura. Ao longo da história, a igreja cristã tem sido predominantemente calvinista.

Os calvinistas afirmam que o principal teólogo da igreja do primeiro século foi o apóstolo Paulo. Cremos que este livro documentou a contento o fato de a doutrina apostólica ser a da teologia reformada. O segundo e terceiro séculos não produziram um tratado de teologia sistemática *per se*, mas os escritos do período patrístico revelam fortes inclinações ao calvinismo. As doutrinas desses primeiros anos foram desenvolvidas mais tarde, nos dias de Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), uma das maiores mentes teológicas e filosóficas já concedidas por Deus à igreja. Agostinho era tão fortemente calvinista que João Calvino referiu a si mesmo como um teólogo agostiniano.

A teologia de Agostinho predominou na igreja durante mil anos. Nesse período da Idade Média (400-1500 d.C.), vários calvinistas (p.

ex., John Wycliffe e Jan Hus) apareceram no cenário teológico. Embora muitos não percebam, Tomás de Aquino era calvinista em vários pontos de sua teologia. Por exemplo, Tomás era predestinacionista.

Com a chegada dos séculos 16 e 17, a igreja entrou no período da Reforma. Não há dúvida de que homens como Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio, Heinrich Bullinger, Martin Bucer, João Calvino, Teodoro Beza, John Knox, François Turretini, e uma centena de outros, defendiam as doutrinas básicas delineadas neste livro.

Os puritanos ingleses eram fortemente calvinistas. Homens como Thomas Cartwright, Thomas Goodwin, John Owen, John Bunyan, John Milton, Thomas Manton, John Flavel, Richard Sibbes, John Howe (entre outros) adotaram esse sistema teológico. Os arminianos eram a minoria entre os protestantes.

Os grandes credos reformados foram formulados nesse período. A *Confissão escocesa* (1560), *Confissão belga* (1561), *Catecismo de Heidelberg* (1563), *Segunda confissão helvética* (1566), *Os trinta e nove artigos de religião* (da Igreja da Inglaterra, 1562, 1571), *Cânones do Sínodo de Dort* (1619), *Confissão de fé de Westminster* (1647), *Declaração de Savoy* (1658), *Fórmula helvética de consenso* (1675), e a *Confissão de fé londrina* (batista) (1689), são todos credos calvinistas.

O século 18 viu calvinistas tais como John Gill, George Whitefield e Jonathan Edwards usados poderosamente por Deus. Os séculos 19 e 20 trouxeram outros calvinistas para o primeiro plano. Charles H. Spurgeon, Charles A. Hodge, William Carey, Archibald Alexander, Abraham Kuyper, R. L. Dabney, James P. Boice, James H. Thornwell, Archibald A. Hodge, Benjamin B. Warfield, J. Gresham Machen, Gordon H. Clark, Arthur W. Pink e uma multidão de outros expoentes das principais denominações, sustentaram as doutrinas da teologia reformada. Charles H. Spurgeon certa feita escreveu: O que eu prego, então, não é novidade; nenhuma nova doutrina. Adoro proclamar essas doutrinas fortes e antigas, chamadas pelo nome de CALVINISMO, mas elas são, de modo real e seguro, a verdadeira revelação divina como ela se encontra em Cristo Jesus. Por essa verdade eu faço uma peregrinação ao passado, e vejo, pai

após pai, confessor após confessor, mártir após mártir, em pé para me cumprimentar. Fosse eu pelagiano, ou alguém que cresse na doutrina do livre-arbítrio, eu teria de andar por vários séculos totalmente só. Aqui ou ali um herege sem nenhum caráter poderia surgir e me chamar de irmão. Todavia, ao me apoderar dessas coisas para serem meu padrão de fé, vejo as terras dos anciãos com meus irmãos na fé — contemplando multidões que confessam o mesmo que eu, e reconhecem ser essa a religião da própria igreja de Deus.^[41]

PERGUNTAS:

1. O que é hipercalvinismo?
2. De que forma o hipercalvinismo se assemelha ao arminianismo?
3. Defina as diferenças entre calvinismo e arminianismo ao comparar cinco pontos básicos: 1) Depravação total, 2) eleição, 3) expiação, 4) chamado e 5) salvação eterna.

Apêndice A: Uma exposição do arminianismo

John Owen

A alma do homem, por causa da corrupção da natureza, não só está obscurecida com uma névoa de ignorância, pela qual é incapacitada de compreender a verdade divina, mas também está armada com preconceito e oposição contra algumas partes dela por serem muito elevadas ou muito contrárias a alguns falsos princípios que ela formulou para si mesma. Como o desejo de autossuficiência foi a primeira causa dessa enfermidade, ela ainda possui essa presunção; por nada luta mais que pela independência de qualquer poder supremo que possa ajudar, impedir ou controlá-la em suas ações. Essa é a raiz de amargura de onde procedem todas as heresias e contendas que têm perturbado a igreja, concernente ao poder humano de produzir a própria felicidade, e da isenção da providência ampla do Deus todo-poderoso. Todas as ruidosas disputas da razão carnal contra a Palavra de Deus chegam ao final neste ponto: as primeiras e principais partes, na disposição das coisas deste mundo, devem ser atribuídas a Deus ou ao homem? A maioria dos homens reivindica a preeminência para si, por meio de exclamações que assim deve ser, ou então Deus é injusto ou seus caminhos são desiguais. Homem algum desejou erigir essa Babel com mais ânsia que os arminianos — os modernos patronos cegos da autossuficiência humana. Todas as inovações deles na doutrina recebida das igrejas reformadas objetivam e tendem a um desses dois fins: PRIMEIRO, tentar isentar-se da jurisdição divina — livrar-se do domínio supremo de sua providência que a tudo governa; não viver nem se mover nele, mas contar com um poder independente e absoluto em todas as suas ações, de modo que a ocorrência de todas as coisas de seu interesse possam contar com nada além do acaso, da contingência e da própria vontade — uma tentativa muito nefasta e sacrílega! Para esse fim, eles: 1. Negam a eternidade e imutabilidade dos decretos de Deus. Sendo esses estabelecidos, eles temem ser impedidos de fazer algo cuja realização foi determinada por seu conselho. Se os propósitos da Força de Israel são eternos e imutáveis, o ídolo deles do livre-arbítrio deve ser limitado, e sua independência prejudicada. Assim preferem afirmar

que os decretos divinos são temporários e mutáveis; sim, que ele na verdade os muda de acordo com as muitas variáveis observadas em nós: uma concepção extremamente selvagem, contrária à natureza pura de Deus e destrutiva dos seus atributos.

2. Questionam a presciência ou pré-conhecimento de Deus; pois se são conhecidas de Deus todas as suas obras desde o princípio, se ele certamente conhece todas as coisas que virão a acontecer, isso parece fazer todas as ações deles ocorrerem de modo infalível, o que invade o grande território de sua nova deusa, a contingência. Não, isso destronaria totalmente a rainha do céu, e induziria um tipo de necessidade em tudo que se faz; assim, nada ocorreria senão o que Deus sabe de antemão. Ora, negar essa presciência destrói a própria essência da Divindade, e puro ateísmo será declarado.

3. Depõem a providência do Rei das nações que a tudo governa, negando seu poder enérgico e eficaz, de transformar o coração, governar os pensamentos, determinar as vontades e dispor das ações dos homens, concedendo-lhe nada além de um poder e influência gerais, limitados e usados de acordo com a inclinação e vontade de todo agente particular; tornam o Deus Todo-Poderoso alguém que deseja coisas que não ocorrerão, um espectador ocioso da maioria das coisas que acontecem no mundo: a falsidade de cujas afirmações será provada.

4. Negam o poder irresistível e incontrolável da vontade de Deus, afirmando que muitas vezes ele deseja e pretende com seriedade o que não pode realizar, e assim seus objetivos são frustrados; não, embora ele deseje, e de fato pretenda salvar todos os homens, está inteiramente no poder deles se Deus salvará alguém ou não; caso contrário, o ídolo deles, o livre-arbítrio, seria apenas uma deidade pobre, se Deus pudesse, como e quando quisesse, cruzar seu caminho e lhe resistir em seu domínio. A natureza corrupta ainda está pronta, quer de forma nefasta, com Adão, para tentar ser como Deus, ou a pensar por tolice que ele é totalmente semelhante a nós — salmo 1; algo que incomoda a todos os homens que não aprenderam a submeter suas frágeis vontades à vontade todopoderosa de Deus, e cativar seu entendimento à obediência da fé.

SEGUNDO, limpar a natureza humana da pesada imputação de ser pecaminosa, corrompida, astuta para fazer o mal, porém incapaz de fazer o bem; e assim de reivindicar para si mesmos o poder e a capacidade de fazer todo o bem que Deus pode exigir com justiça que seja feito por eles no estado em que se encontram — tornando-se diferentes dos outros que não farão bom uso das investiduras de sua natureza; de forma que a primeira e principal parte na obra de sua salvação pode ser atribuída a eles mesmos: um orgulhoso empreendimento luciferiano! Para esse fim, eles: 1. Negam a doutrina da predestinação que afirma ter Deus escolhido alguns homens, antes da fundação do mundo, para que sejam santos e obtenham a vida eterna pelo mérito de Cristo, para o louvor de sua gloriosa graça, — qualquer predestinação que possa ser a fonte e causa da graça ou glória —, determinando as pessoas, de acordo com o bom propósito de Deus, sobre quem elas serão concedidas. Essa doutrina torna a graça divina especial a única causa de todo o bem que está mais no eleito que nos réprobos; que torna a fé obra e dom divinos, com diversas outras coisas, que demonstrariam seu ídolo não ser nada, de nenhum valor. Assim, que heresia corrupta eles colocaram em seu lugar.

2. Negam o pecado original e seu demérito; sendo entendido da maneira correta, ele demonstraria com facilidade que, não obstante todo o trabalho do ferreiro, do carpinteiro e do pintor, o ídolo construído não passa de um bloco imprestável; será descoberta não apenas a impotência de fazer o bem que está em nossa natureza, mas também que temos.

3. Caso atribuamos a repugnância à lei de Deus à nossa natureza humana, eles sustentarão que isso também estava em Adão quando foi criado, e dessa forma procede do próprio Deus.

4. Negam a eficácia do mérito da morte de Cristo — tanto que Deus pretendeu por sua morte redimir sua igreja, ou adquirir para si um povo santo; como também que Cristo, por sua morte, mereceu e adquiriu para nós graça, fé, justiça e poder para obedecer a Deus, no cumprimento da condição do novo pacto. Não, isso claramente levantaria uma arca para quebrar o pescoço do Dagom deles; pois,

“que louvor”, dizem eles, “pode ser devido a nós mesmos por crer, se o sangue de Cristo tiver conquistado que Deus nos conceda fé?”.

5. Dentre os que nunca ouviram falar do Salvador, eles concederão a alguns obter a salvação completa sem Cristo, se Cristo reivindicar essa participação na salvação do seu povo, dos que nele creem. De fato, em nada eles avançam seu ídolo para mais próximo do trono de Deus do que por meio dessa blasfêmia.

6. Tendo assim roubado a Deus, a Cristo e sua graça, eles adornam seu ídolo do livre-arbítrio com muitas propriedades gloriosas de forma alguma devida a ele.

7. Não só reivindicam para a sua deidade nova e recém-criada um poder salvador, como também afirmam que ela é muito ativa e operativa na grande obra de nos salvar a alma: a. Ao nos preparar do modo correto para a graça de Deus, e nos dispor de tal maneira que ela passa a se dever a nós.

b. Na operação eficaz de nossa conversão junto com ela [...] e assim, finalmente, com muito trabalho e labor, eles colocaram um altar para seu ídolo no santo templo, à mão direita do altar de Deus, e nele oferecem sacrifício. No final, nem tudo para Deus, nem tudo para o livre-arbítrio. Que o sacrifício de louvor, por todas as coisas boas, seja dividido entre eles.

Apêndice B: O calvinismo nos EUA

Loraine Boettner

Ao estudarmos a influência exercida pelo calvinismo como força política na história dos Estados Unidos da América do Norte, deparemos-nos com uma das páginas mais brilhantes da história calvinista. O calvinismo chegou à América do Norte no barco Mayflower. Bancroft, o mais proeminente dos historiadores americanos, declarou que os peregrinos eram “calvinistas do sistema mais rigoroso”.^[42] John Endicott, o primeiro governador do Massachusetts Bay Colony, John Winthrop, o segundo governador dessa colônia, Thomas Hooker, o fundador de Connecticut, John Davenport, o fundador da colônia New Haven, e Roger Williams, o fundador da colônia de Rhode Island eram todos calvinistas. William Penn foi discípulo dos huguenotes. Estima-se que dos 3 milhões de americanos que viviam no tempo da Revolução, 900 mil eram de origem escocesa ou de descendência escocesa e irlandesa; 600 mil eram puritanos ingleses e 400 mil eram da Igreja Reformada da Holanda ou da Alemanha. Além do mais, os episcopais tinham uma confissão de fé calvinista nos *Os trinta e nove artigos de religião*; e muitos dos huguenotes franceses também vieram para esta terra. Portanto, vemos que em torno de um terço da população colonial foi educada na escola de Calvino. Na história do mundo, nunca houve uma nação fundada por pessoas como essas. Além do mais, elas não vieram à América do Norte com o propósito primário de desenvolver interesses comerciais, e sim por conta de suas profundas convicções religiosas. É como se as perseguições religiosas em vários países da Europa servissem de modo providencial para selecionar as pessoas mais progressistas e ilustres e levar a bom termo a colonização da América do Norte. Seja como for, admite-se de forma geral que os ingleses, os escoceses, os alemães e os holandeses foram as pessoas da mais marcante influência na Europa. Além disso, devemos ter em mente que os puritanos, que compunham a maior parte dos habitantes da Nova Inglaterra, trouxeram consigo o protestantismo calvinista, e eram fiéis adeptos das doutrinas dos grandes reformadores, que sentiam uma grande repulsa ao formalismo e à opressão, na igreja e no Estado. O calvinismo seguiu como a teologia prevalente na Nova Inglaterra em todo o período colonial.

Com essa tela de fundo, não nos causará surpresa descobrir que os presbiterianos desempenharam um papel muito importante na Revolução. O historiador Bancroft escreveu: “A influência exercida pela religião na Revolução de 1776 veio de forma direta dos presbiterianos. O fruto dos

princípios foram semeados pelo presbiterianismo do Velho Mundo em seus filhos: os puritanos da Inglaterra, os *covenanters* da Escócia, os huguenotes da França, os calvinistas da Holanda e os presbiterianos de Ulster”. Tão apaixonados e agressivos eram os presbiterianos no zelo pela liberdade, que a guerra era conhecida na Inglaterra como “a religião presbiteriana”. Um fervoroso colono, partidário do rei Jorge III escreveu em uma carta: “Eu atribuo a culpa de todos esses extraordinários acontecimentos aos presbiterianos. Eles têm sido a causa principal de todas estas manifestações malditas. Eles sempre se opõem e sempre se oporão ao governo por causa do inquieto e turbulento espírito antimonárquico que os caracteriza em todos os lugares”.^[43] Quando a notícia desses “extraordinários acontecimentos” chegou à Inglaterra, o primeiro-ministro Horatio Walpole disse no Parlamento: “Nossa prima América escapou com um pastor presbiteriano” (John Witherspoon, presidente de Princeton, signatário da *Declaração de Independência*).

A história declara com eloquência que a democracia dos Estados Unidos nasceu do cristianismo e que esse cristianismo não é nada menos que o calvinismo. O grande conflito revolucionário resultante na formação da nação foi levado a bom termo principalmente por calvinistas dentre os quais muitos foram educados na escola estritamente presbiteriana de Princeton. Esta nação é a sua dádiva a todos os que amam a liberdade.

J. R. Sizoo afirmou: “Quando, por fim, se conseguiu que Cornwallis retrocedesse e se rendesse em Yorktown, quase todos os coronéis do exército colonial, exceto um, eram presbíteros da Igreja Presbiteriana. Mais da metade de todos os soldados e oficiais do exército dos EUA, durante a Revolução, eram presbiterianos”.^[44]

O testemunho de Emilio Castelar, o famoso estadista, orador e erudito espanhol, é interessante e de grande valor. Castelar havia sido professor de Filosofia na Universidade de Madri antes de entrar na política, e foi nomeado presidente da República estabelecida pelos liberais em 1873. Como católico romano, ele odiava Calvino e o calvinismo. Afirmou: “Era necessário que o movimento republicano surgisse da moralidade mais austera que a de Lutero, a saber, de Calvino, e uma igreja mais democrática que a da Alemanha, a saber, a de Genebra. A democracia anglo-saxônica teve como fundamento o livro da sociedade primitiva — a Bíblia. Essa democracia é o produto de uma rigorosa teologia apreendida pelos poucos refugiados cristãos nas lúgubres cidades da Holanda e Suíça, onde a vetusta figura de Calvino ainda lança sua sombra [...] uma democracia que permanece serena em sua grandeza, constituindo a parte mais nobre, moral e ilustre da raça humana”.^[45]

Motley disse: “Na Inglaterra, as sementes da liberdade incorporadas no calvinismo e preservadas ao longo dos anos de prova e, por fim, estavam destinadas a espalhar-se e a produzir as mais fartas colheitas da liberdade em repúblicas que ainda não haviam nascido”.^[46] “Os calvinistas fundaram as democracias da Inglaterra, Holanda e dos Estados Unidos”. E anexa: “As liberdades políticas da Inglaterra, da Holanda e dos Estados Unidos se devem mais aos calvinistas que a qualquer outro grupo de homens”.^[47]

Merece nossa consideração o testemunho de outro famoso historiador, o francês Hippolyte Taine, que não mantinha nenhum credo religioso pessoal. Com respeito aos calvinistas, ele disse: “Esses homens são os verdadeiros heróis da Inglaterra. Foram eles que a fundaram, e isto apesar da corrupção dos Stewards; e conseguiram tal façanha pelo exercício do dever, pela prática da justiça, pelo trabalho assíduo, pela defesa do direito, pela resistência à opressão, pela conquista da liberdade e pela repressão do vício. Eles fundaram a Escócia e os Estados Unidos da América do Norte; e hoje estão, através dos seus descendentes, fundando a Austrália e colonizando o mundo”.^[48]

No livro, *The Creed of Presbyterians* [O credo dos presbiterianos], Egbert W. Smith formula uma pergunta com referência aos colonos dos Estados Unidos: “Onde estes aprenderam os imortais princípios dos direitos do homem, da liberdade humana, da igualdade e da autonomia sobre os quais cimentaram sua república e que são hoje a glória distintiva dessa civilização da América do Norte? Eles os aprenderam na escola de João Calvino. Ali o mundo moderno os aprendeu. É isso que nos ensina a história”.^[49]

Passemos agora a considerar a influência exercida pela Igreja Presbiteriana na formação da República nos Estados Unidos. Na afirmação do dr. W. H. Roberts, em um discurso que pronunciara diante da Assembleia Geral, “foi por três quartos do século, a única representante neste continente de governo republicano, como se encontra organizado hoje na nação”, e acrescenta: “Desde 1706 até o início da Revolução, a única instituição existente que representava nossa organização política nacional atual era o Sínodo Geral da Igreja Presbiteriana da América do Norte. Só ela, entre as organizações coloniais, eclesiásticas e políticas, exerceu autoridade derivada dos próprios colonos sobre as comunidades espalhadas por todas as colônias desde a Nova Inglaterra até a Geórgia. É preciso lembrar-se de que as colônias, nos séculos 17 e 18, ainda que dependentes da Inglaterra, eram independentes entre si. Até 1774, ainda não existia um corpo como o Congresso Continental. A condição religiosa do país era semelhante à condição política. As igrejas congregacionais da Nova Inglaterra não estavam vinculadas umas às outras,

e à parte do governo civil careciam de poder. Nas colônias, a Igreja Episcopal ainda não estava organizada, e seu sustento e ministério dependiam da Igreja da Inglaterra; além disso, estava saturada de uma intensa lealdade à monarquia britânica. Até 1771, a Igreja Reformada holandesa ainda não tinha uma organização eficiente e independente, e a Igreja Reformada alemã não chegou a alcançar essa condição até 1793. As igrejas batistas eram organizações separadas, as metodistas eram quase desconhecidas e os quacres eram pacifistas”.

Delegados das igrejas presbiterianas se reuniam a cada ano no Sínodo Geral, e a igreja veio a ser, como nos informa o dr. Roberts, “uma fonte de união e reciprocidade entre grandes setores da população das colônias divididas”. Portanto, porventura causa estranheza que sob a sua influência os sentimentos de verdadeira liberdade, da mesma forma que os princípios do evangelho puro, fossem pregados ao longo de todo o território desde Long Island até Carolina do Sul, e que, sobretudo, o espírito de unidade entre as colônias começasse a se fazer sentir? É incalculável a influência que essa república eclesiástica exerceu no que diz respeito à origem da nação, sendo ela, desde 1706 a 1774, a única representante no continente de instituições republicanas bem desenvolvidas. Os Estados Unidos da América do Norte devem muito à mais antiga das repúblicas americanas, a Igreja Presbiteriana”.

[50]

Certamente isto não significa que a Igreja Presbiteriana fosse a única fonte da qual foram obtidos os princípios sobre os quais se fundou dita República; no entanto, afirma-se que os princípios que aparecem nos *Padrões de Westminster* foram o principal fundamento: “A Igreja Presbiteriana foi a primeira que ensinou, praticou e sustentou nesta terra a forma de governo em concordância com o qual a República foi organizada” (Roberts).

No início da luta revolucionária, os ministros e igrejas presbiterianas se encontravam ao lado dos colonos, e Bancroft atribui a eles o primeiro passo para a independência.^[51] O Sínodo que se reuniu na Filadélfia em 1775 foi o primeiro corpo religioso a expressar aberta e publicamente o desejo de se separar da Inglaterra. O referido Sínodo exortou quem se encontrava sob sua jurisdição a não deixarem de contribuir, de todas as formas, com a promoção do fim a que se propuseram, e instou com eles a orar pelo Congresso que então se encontrava reunido.

Naquele tempo, a Igreja Episcopal estava ainda unida à Igreja da Inglaterra; portanto, se opunha à Revolução. No entanto, um número considerável de pessoas dentro dessa igreja lutava com intensidade pela independência, participando com suas riquezas e influência. Vale dizer que George

Washington, o comandante em chefe dos exércitos dos Estados Unidos, “o pai da nossa pátria”, era membro dessa igreja. O próprio Washington assistiu aos cultos celebrados pelos seus capelães (que eram ministros das distintas igrejas), e ordenou a todos os seus homens que assistissem a eles. Além disso, em certa ocasião, doou 40 mil dólares com o fim de estabelecer um colégio presbiteriano em seu estado natal, que em reconhecimento à sua doação se chamou Washington College.

N. S. McFetridge lançou luz sobre outro importante acontecimento durante o período revolucionário. Visando a maior exatidão e inteireza, lançaremos mão do privilégio de citá-lo extensamente. “Outro fator importante no movimento de independência”, diz ele, “foi o que se conhece como a *Declaração de Mecklenburg*. Esta foi proclamada pelos presbiterianos escoceses e irlandeses da Carolina do Norte em 20 de maio de 1775, ou seja, um ano antes da redação da *Declaração de Independência*. Esta foi a cordial saudação dos escoceses e irlandeses aos valorosos irmãos do Norte, e seu intrépido desafio ao poder da Inglaterra. Os presbiterianos escoceses e irlandeses seguiram bem de perto o desenvolvimento da luta entre as colônias e a coroa, e ao ouvir a declaração apresentada pelo Congresso ao rei, declarando às colônias em franca rebelião, estimaram que era o tempo de expressar abertamente seu sentimento. Como consequência, organizaram um grupo representativo em Charlotte, Carolina do Norte, que, por decisão unânime, declarou os colonos livres e independentes, e também declarou que, desse momento em diante, todas as leis e comissões do rei ficavam invalidadas”. E continua: Na *Declaração* aparecem resoluções como as que seguem: “Pela presente, dissolvemos os vínculos políticos que nos têm unido à pátria mãe, e por esse meio ficamos eximidos de toda lealdade à coroa britânica. Pela presente, declaramos um povo livre e independente; somos, e por direito devemos ser, uma associação soberana e autônoma, sob o controle único do nosso Deus e do governo geral do Congresso; e para a apresentação dessa associação, comprometemos solenemente nossa cooperação e até mesmo a própria vida, nossas fortunas e a nossa sagrada honra”. Esta assembleia se compunha de 27 calvinistas tenazes, dos quais uma terça parte se compunha de presbíteros da Igreja Presbiteriana, inclusive o presidente e o secretário; e um deles era ministro presbiteriano. O homem que redigiu esse famoso e importante documento foi o secretário, Efrain Brevard, presbítero regente da Igreja Presbiteriana, graduado do Colégio de Princeton. Bancroft registrou que essa *Declaração* foi “de fato uma declaração em pé de igualdade com um sistema completo de governo”.^[52] A *Declaração* foi enviada ao Congresso em Filadélfia por mãos de um mensageiro especial, e foi publicada no *Cape Fear Mercury*, distribuída por todo o país. Também foi remetida com toda rapidez à Inglaterra, onde causou grande comoção.

A identidade de sentimento e a similaridade de expressão entre essa *Declaração* e a grande *Declaração* escrita por Jefferson não podiam passar despercebidas do historiador; por isso Tucker, em seu livro, *Life of Jefferson* [Vida de Jefferson], disse: “Todos podiam perceber que um desses escritos foi copiado do outro”. No entanto, é óbvio que Brevard não poderia ter “copiado” do documento de Jefferson, já que ele

escreveu o seu mais de um ano antes. Portanto, Jefferson, em consonância com seu biógrafo, teria tomado de “empréstimo” de Brevard. No entanto, este foi um plágio tão proveitoso, que o mundo o perdoará sem reservas. Ao corrigir a primeira cópia da *Declaração*, pode-se observar em várias partes que Jefferson apagou as palavras originais e intercalou as que aparecem originalmente na *Declaração de Mecklenberg*. Ninguém poderá nutrir dúvida de que Jefferson tinha diante de si as resoluções de Brevard enquanto escrevia sua imortal *Declaração*. [53]

A notável semelhança entre os princípios expressos na Forma de Governo da Igreja Presbiteriana e os expostos na Constituição dos Estados Unidos da América do Norte produziu um grande volume de comentários. O dr. E. W. Smith se expressa nestes termos: Quando os pais da nossa República se sentaram para redigir um sistema de governo popular e representativo, a sua tarefa não foi difícil como alguns têm suposto, porque eles já tinham um modelo pelo qual se guiar. [54]

Caso se pergunte a um cidadão comum dos Estados Unidos da América do Norte quem foi o fundador da sua pátria, o autor da nossa grande república, pode ser que o mesmo não saiba responder. Podemos imaginar o seu assombro ao ouvir a resposta dada a esta pergunta pelo famoso historiador alemão, Ranke, um dos mais destacados eruditos dos tempos modernos. Ranke escreveu: “João Calvino foi, de fato, o fundador virtual dos Estados Unidos”. [55]

Jean-Henri M. D'Aubigné, cuja história da Reforma constitui um clássico, escreveu: “Calvino foi o fundador da mais grandiosa das repúblicas. Os puritanos que deixaram sua pátria no reinado de James I e chegaram às áridas terras da Nova Inglaterra, fundando populosas e poderosas colônias, foram seus filhos; e a nação americana, que tão rapidamente temos visto crescer, ostenta por pai o humilde reformador das margens do lago Lemano”. [56]

O dr. Egbert W. Smith afirma: “Estes princípios revolucionários de liberdade e autocracia republicana, expostos e incorporados no sistema de Calvino, foram semeados nos Estados Unidos, onde produziram uma colheita farta; e quem foram os semeadores? Sem dúvida, foram os calvinistas. Apesar de soar estranho aos ouvidos de alguns as palavras de Ranke, a relação vital que existe entre Calvino e o calvinismo, por um lado, e a fundação das instituições livres dos Estados Unidos, por outro lado, os historiadores de todos os países e de todos os credos reconhecem e sustentam esse fato”. [57]

Tudo isso é entendido com clareza e reconhecido com imparcialidade por historiadores perspicazes e filosóficos da estirpe de Bancroft, o qual, ainda que longe de ser calvinista, considera Calvino “o pai dos Estados Unidos”, e anexa: “Quem não honra a memória e respeita a influência de Calvino, conhece bem pouco a origem da liberdade nos Estados Unidos”.

Podemos apreciar ainda mais claramente a veracidade dos testemunhos citados antes quando nos lembramos de que dois terços da população na

época da Revolução foram instruídos na escola de Calvino, e quando nos recordamos de que forma tão unida e entusiástica os calvinistas lutaram pela causa da independência.

Na época da Revolução quase não havia metodistas nos Estados Unidos; e, de fato, a Igreja Metodista só foi organizada oficialmente na Inglaterra em 1784, ou seja, três anos depois de terminada a Revolução. John Wesley, ainda que um homem bom e nobre, era um membro do Partido Conservador e adepto da não-resistência política. Embora tenha escrito contra a “rebelião” americana, aceitou o afortunado resultado. McFetridge afirmou: “Os metodistas eram uma pequena minoria nas colônias quando teve início a luta pela independência. Em 1773, afirmavam ter cerca de 160 membros. Seus ministros eram quase todos ingleses e fiéis partidários da coroa e opostos à independência. Portanto, quando a guerra teve início, eles fugiram do país. Suas ideias políticas naturalmente concordavam com as do grande líder, John Wesley, que se valia de todo o poder da sua eloquência e influência contra a independência das colônias.”^[58] Wesley, não obstante, não podia prever que os Estados Unidos independentes seriam o campo onde sua nobre igreja haveria de recolher as mais fartas colheitas e que naquela *Declaração*, à qual ele se opôs com tanta insistência, jazia a segurança das liberdades dos seus seguidores”.^[59]

As grandes lutas pela liberdade civil e religiosa na Inglaterra e nos Estados Unidos foram fomentadas e inspiradas pelo calvinismo, e levadas a bom termo, em grande medida, pelos calvinistas. Mas, como a maioria dos historiadores nunca estudou o calvinismo a fundo, jamais nos deram um relato verídico e completo do que o dito credo fez nesses países. Faz-se necessária a luz da investigação histórica para demonstrar como os antepassados nos dois países creram e se pautaram pelos princípios calvinistas. Vivemos na época em que se tem ignorado em grande medida os serviços dos calvinistas na fundação dos Estados Unidos, razão da tamanha dificuldade para debater o tema sem dar a impressão de que aqui se faz um mero encômio ao calvinismo. Todavia, é possível, com toda a confiança, render honra ao credo que produziu tão doces frutos e ao qual os Estados Unidos da América do Norte tanto devem.

O CALVINISMO E O GOVERNO REPRESENTATIVO

Ainda que não exista conexão orgânica entre a liberdade civil e a religiosa, não obstante elas possuem uma forte afinidade entre si; e onde uma não existe, tampouco a outra poderá prevalecer por muito tempo. A história manifesta com eloquência que a religião de um povo depende de sua liberdade ou de sua escravidão. As doutrinas que sustentam e os princípios

que adotam são, portanto, de suprema importância, já que se tornarão a base sobre a qual a estrutura da sua vida e do seu governo haverão de repousar. Nesse sentido, o calvinismo tem sido revolucionário, já que tem ensinado a igualdade natural dos homens, e a sua tendência essencial tem sido a de destruir toda distinção de classe e toda presunção de superioridade baseada em riquezas e privilégios adquiridos. Pelo amor à liberdade, os calvinistas se converteram em combatentes das distinções artificiais que colocam alguns homens acima dos demais.

Em sentido político, o calvinismo é a principal fonte do governo republicano moderno. O calvinismo e o republicanismo estão relacionados entre si como causa e efeito; e, onde um povo possui o primeiro, o segundo prontamente se desenvolverá. O próprio Calvino sustentou que a igreja, sob a égide de Deus, era uma república espiritual; isso demonstra seu caráter teoricamente republicano. James I conhecia muito bem os efeitos do calvinismo, quando afirmou: “O presbiterianismo e a monarquia são tão afins como o são Deus e o diabo”. Bancroft menciona o “caráter político do calvinismo, o qual os monarcas daquela época com unanimidade e com juízo distintivo consideravam republicanismo”. Outro historiador americano, John Fiske, escreveu: “Seria difícil superestimar o que a humanidade deve a João Calvino. O pai espiritual de Coligny, de Guilherme, o Taciturno, e de Cromwell deve ocupar o primeiro lugar entre os maiores chefes de estado da democracia moderna. A promulgação dessa teologia foi um dos passos mais importantes já dados pela humanidade rumo à liberdade individual”.^[60] Emilio Castelar, o líder dos espanhóis liberais, afirmou que “a democracia anglo-saxônica é o produto de uma teologia severa aprendida nas cidades da Holanda e da Suíça”. Buckle, no livro *History of Civilization* [História da civilização], registrou: “Em essência, o calvinismo é democrático” (I, 669). E De Tocqueville, um hábil escritor político, o denomina “religião democrática e republicana”.^[61]

Esse sistema não só inspirou em seus seguidores o espírito de liberdade, mas também os preparou de modo prático para seus direitos e deveres como homens livres. Além disso, deu a cada congregação o direito de eleger os próprios oficiais e dirigir os próprios assuntos. Fiske a considera “uma das escolas mais efetivas que já existiu no treinamento de homens para a administração do governo autônomo local”.^[62] A liberdade espiritual é a fonte e o sustentáculo de todas as outras liberdades; portanto, não nos deve causar surpresa quando passamos a conhecer que os princípios norteadores desses homens nos assuntos eclesiásticos também moldaram suas ideias políticas. Por instinto, preferiram o governo representativo e resistiram com obstinação

a todo governante injusto. Uma vez derrotado o despotismo religioso, o despotismo civil não pode prevalecer por muito tempo.

Poderíamos dizer que a república espiritual fundada por Calvino repousa sobre quatro princípios básicos. Estes foram resumidos por um eminente estadista e jurista inglês, *sir* James Stephen, da seguinte maneira: “Esses princípios foram: Em primeiro lugar, que a vontade do povo era a única fonte legítima do poder dos governantes; em segundo lugar, que o poder era delegado pelo povo aos governantes por meio de eleições, nas quais todo homem adulto podia exercer o direito ao voto; em terceiro lugar, que na esfera eclesiástica o clero e o laicato tinham o direito de exercer autoridade igual e forma coordenada; e, em quarto lugar, que nenhuma aliança ou dependência mútua, ou qualquer outra relação definida, deveria existir entre a igreja e o estado”.^[63]

O princípio da soberania divina, quando foi aplicado aos assuntos do governo, demonstrou ser de grande importância. Deus, o governante supremo, é soberano; toda autoridade exercida pelo homem se deve ao fato de lhe ter sido conferida espontaneamente por Deus. As Escrituras, por conterem eternos princípios normativos para todas as idades e para todas as pessoas, foram tomadas como a autoridade final. As seguintes palavras das Escrituras declaram que o estado é uma instituição divinamente estabelecida: “Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para o teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever da consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra” (Rm 13.1-7).

No entanto, cabe dizer que nenhum tipo de governo, seja democracia ou república ou monarquia, foi considerado divinamente estabelecido para uma época ou povo em particular, ainda que o calvinismo mostrasse preferência pelo sistema republicano. “Qualquer que fosse o sistema de governo”, diz H. Meeter, “fosse monarquia ou democracia ou qualquer outra forma, em cada

caso o governante (ou os governantes) teria que atuar como representante de Deus, e administrar os assuntos do governo em conformidade com as leis divinas. Esse princípio fundamental fornece, ao mesmo tempo, o mais elevado incentivo para a preservação da lei e da ordem entre os cidadãos que, por amor a Deus, deveriam render obediência aos poderes superiores, sem importar quais fossem. Daqui o calvinismo deduz um governo altamente estável”. E continua: No entanto, em contrapartida, o mesmo princípio da soberania divina serviu também como poderosa defesa da liberdade dos cidadãos contra os governantes despóticos. Quando os governantes não faziam caso da vontade divina, menosprezavam os direitos dos governados e se tornavam abusivos, os cidadãos, em razão da responsabilidade para com Deus, o Soberano, tinham o privilégio e o dever de recusar a obediência, e até mesmo, caso fosse necessário, destituir o déspota por meio das autoridades menores estabelecidas por Deus para a proteção dos direitos do povo. ^[64]

As ideias calvinistas sobre o governo e os governantes foram expostas com habilidade por J. C. Monsma no seguinte parágrafo: “Os governos são instituídos por Deus mediante a instrumentalidade do povo. Nenhum imperador ou presidente tem em si mesmo poder inerente; qualquer poder que possua, a autoridade que exerça, é poder e autoridade derivados da suprema Fonte divina; portanto, o que tais governantes possuem, na realidade não é poder, e sim a justiça, e justiça que provém da eterna Fonte de justiça. Daí é muito fácil para os calvinistas respeitarem as leis e ordenanças do governo. Se o governo fosse apenas questão de um grupo de homens obrigados a satisfazer os desejos da maioria popular, os calvinistas, por seu profundo amor à liberdade, prontamente se rebelariam. Mas, como sua firme crença é que por trás do governo está Deus, em vez de se rebelar, se prostra diante dele com profunda reverência. Nesta convicção jaz também a razão fundamental desse profundo e quase fanático amor à liberdade, incluindo a liberdade política, sempre característico do calvinismo genuíno. Para os calvinistas, o governo é servo de Deus e, portanto, todos os oficiais, *como homens*, estão no mesmo plano que os seus súditos; e em nenhum sentido podem se considerar superiores. Por essa mesma razão, os calvinistas preferem o governo do tipo republicano. A soberania de Deus, o caráter derivativo dos poderes do governo e a igualdade dos homens não encontra expressão mais clara e eloquente em nenhuma outra forma de governo”. ^[65]

A teologia calvinista exalta o único Soberano e exige que todos os outros soberanos se prostrem diante de sua majestosa presença. Portanto, o direito divino dos reis e os decretos infalíveis dos papas não puderam prevalecer entre pessoas que atribuíam soberania apenas a Deus. Mas ainda que essa teologia exalte a Deus infinitamente como o Governante onipotente do céu e da terra e demande que todos os homens se prostrem diante dele, não

obstante também incrementa a dignidade do indivíduo e ensina que todos os homens são iguais. Os calvinistas, por temerem a Deus, não temem ninguém. E sabendo que ele o escolheu, nos conselhos eternos, e o destinou para as glórias celestiais, possui algo que dissipa a tendência de render favores aos homens, e opaca o brilho de toda a grandeza terrena. Se a orgulhosa aristocracia traça sua linhagem através das gerações de antepassados de elevada estirpe, ainda com maior orgulho, os calvinistas apontam para o livro da vida que registra a mais nobre concessão de direitos decretada desde a eternidade pelo Rei dos reis. Os calvinistas, pela linhagem superior a qualquer linhagem terrena, na realidade são os verdadeiros nobres, os nobres do céu, filhos e sacerdotes de Deus, coerdeiros com Cristo, e reis e sacerdotes divinamente ungidos e consagrados. Infunde-se à mente e ao coração do homem a verdade da soberania de Deus, e será como se introduzisse ferro no sangue. A fé reformada se rende ao serviço muito valioso ao ensinar aos indivíduos seus direitos.

O arminianismo, pela tendência aristocrática radical, se contrasta de maneira impressionante com as tendências democráticas e republicanas inerentes à fé reformada. Nas igrejas presbiterianas e reformadas, o presbítero vota no presbitério, no sínodo ou na assembleia geral em completa igualdade com seu pastor; nas igrejas arminianas, por sua vez, o poder jaz em grande medida nas mãos do clero e é bem pouca a autoridade da parte do laicato. O sistema episcopal finca o pé no governo hierárquico. O arminianismo e o catolicismo romano (que quase é arminiano) vicejam sob governos monárquicos, mas o calvinismo acha sua vida limitada ali. O romanismo, por sua vez, não viceja em uma república, mas ali o calvinismo se expande. No plano civil, o governo eclesiástico aristocrático tende à monarquia, enquanto o governo eclesiástico republicano tende à democracia. McFetridge diz: “O arminianismo é desfavorável à liberdade civil, e o calvinismo é desfavorável ao despotismo. Os governantes despóticos dos tempos antigos puderam dar-se conta da verdade dessas premissas; e, reclamando o direito divino dos reis, temiam o calvinismo e o republicanismo”.^[66]

Apêndice C: A justificação só pela fé

Kenneth G. Talbot & W. Gary Crampton

O teólogo americano Charles A. Hodge escreveu certa vez:

Como o homem pode ser justo perante Deus? A resposta dada a essa pergunta decide o caráter de nossa religião, e, se adotada na prática, nosso destino futuro. Dar a resposta errada significa confundir o caminho para o céu. É errar onde o erro é fatal, pois não pode ser corrigido. Se Deus requer uma coisa, e nós apresentamos outra, como podemos ser salvos? Se ele revelou um método no qual ele pode ser justo e justificar o pecador, e rejeitamos esse método e insistimos em buscar um caminho diferente, como podemos esperar ser aceitos? A resposta, portanto, que é dada a questão acima, deve-se ponderar com seriedade por todos os que assumem o ofício de mestres religiosos e por todos os dependentes de suas instruções.^[67]

Dr. Hodge está certo. Se quisermos salvaguardar a pureza da mensagem do evangelho, devemos ser cuidadosos em evitar a má representação da doutrina da justificação, pois ela é central para a fé cristã e a existência da igreja de Jesus Cristo. Este apêndice tenta lidar com o assunto.

A doutrina da justificação só pela graça (*sola gratia*), por meio só da fé (*sola fide*), só em Cristo (*solus Christus*), estava no próprio cerne da Reforma. Martinho Lutero a chamava o artigo pelo qual a igreja cai ou permanece de pé. João Calvino se referiu a ela como a dobradiça da Reforma.^[68] A Igreja Católica Romana, no Concílio de Trento (1546-1563), reconheceu essa doutrina como a diferença central entre o protestantismo e o catolicismo romano. Embora essa doutrina seja o dogma central do cristianismo, o catolicismo romano decaiu mediante sua rejeição.

Em sentido básico, há cinco visões principais, diferentes e conflitantes a respeito da doutrina da justificação só pela fé: liberalismo, neo-ortodoxia, antinomismo, catolicismo romano e

evangelicalismo bíblico.^[69] A primeira visão, o liberalismo teológico, nega a necessidade da fé em Jesus Cristo para a justificação, mesmo que os outros quatro pontos de vista aleguem a necessidade da profissão de fé em Cristo como Salvador. O liberalismo é a religião da justiça pelas obras; sem levar em consideração o que for necessário à salvação, isso pode ser obtido pelos esforços da própria pessoa. O ensino desse ponto de vista claramente não é bíblico.

Em segundo lugar temos a neo-ortodoxia, o movimento teológico que denuncia o liberalismo e o evangelicalismo bíblico, e tenta preencher a lacuna entre os métodos previamente mencionados. Trata-se de uma tentativa fracassada. No ensino neo-ortodoxo, há a suposta necessidade da fé em Jesus Cristo para a salvação, mas há uma grande ambiguidade quanto a quem é Cristo. Ele é verdadeiramente Deus, a segunda pessoa da Trindade, ou é apenas um homem? Em quem devemos colocar a confiança? Por não existir a resposta definitiva a essa pergunta na neo-ortodoxia, somos aparentemente deixados com um paradoxo lógico a respeito da fé e do objeto da fé. Além disso, a neo-ortodoxia ensina que a fé salvadora não é necessariamente seguida de boas obras. Alguém pode genuinamente professar fé em Jesus Cristo sem sua vida ser transformada a ponto de viver em conformidade com a Palavra de Deus. A neo-ortodoxia promove um falso evangelho; portanto, não é o cristianismo bíblico.

Em terceiro lugar está a doutrina do antinomismo, predominantemente encontrada hoje no dispensacionalismo (embora não restrita a ele), que alega crer na justificação só pela fé e só em Jesus Cristo. Os antinomistas também enfatizam a natureza “fiduciária” da fé salvadora em Jesus Cristo, revelada na Escritura. Algumas explicações são necessárias a respeito do significado da natureza da fé “fiduciária”.

Primeiro, nem toda fé é fé justificadora. A Bíblia menciona vários tipos de fé, sendo apenas um deles a fé genuína e que justifica. A fé histórica é um tipo de fé que não justifica. Tudo que está envolvido nela é o assentimento histórico às alegações de veracidade do evangelho. Como o texto de Tiago 2.19 ensina, mesmo os demônios

possuem esse tipo de fé: “Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem. Até os demônios creem e tremem”. A Escritura também se refere à fé temporal, que não justifica. Esse tipo de fé não dura; pode persistir por um tempo, mas desaparece nos tempos de perseguição. Vemos esse ensino em Mateus 13.20,21: “O que foi semeado em solo rochoso, esse é o que ouve a palavra e a recebe logo, com alegria; mas não tem raiz em si mesmo, sendo, antes, de pouca duração; em lhe chegando a angústia ou a perseguição por causa da palavra, logo se escandaliza”. Há também a fé miraculosa, que crê em milagre ou até mesmo os realiza, como em 1 Coríntios 13.1,2: “Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e toda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé, a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei”. Paulo nos diz que mesmo o anticristo pode realizar tais “prodígios de mentira” (2Ts 2.9). Essa também não é a fé que justifica.

O *Breve catecismo de Westminster* afirma de forma muito clara: A “fé em Jesus Cristo é uma graça salvadora, pela qual o recebemos e confiamos só nele para a salvação, como ele nos é oferecido no evangelho”.^[70] A fé bíblica aceita e crê na Palavra de Deus como a verdade divina a respeito de seu Filho. É esse tipo de fé que une o crente a Cristo, com base em sua pessoa e obra. Somos informados em João 7.38: “Quem crer em mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva”. É esse o tipo de fé pela qual um pecador é justificado perante Deus, conforme ensinado pelo apóstolo Paulo em Romanos 3.22-26: “justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que creem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus”.

Na fé justificadora o crente se apropria e descansa só em Cristo como Mediador em todos os seus ofícios, baseado no testemunho divino da Palavra. Portanto, o cristianismo ortodoxo ensina que a fé justificadora envolve três elementos: conhecimento (*notitia*), assentimento (*assensus*) e confiança (*fiducia*). Não é suficiente conhecer a verdade sobre Jesus Cristo; nem é suficiente só assentir às reivindicações de veracidade do evangelho (como na fé histórica), não importa quão essenciais sejam. A fé salvadora é também a que aquiesce de todo coração ao Cristo revelado na Escritura. A conversão bíblica envolve o compromisso de toda a alma. A fé justificadora dá a resposta fiducial (isto é, que confia) às promessas do evangelho. Como ensinou o Senhor Jesus Cristo em Mateus 10.22, trata-se da fé que persevera até o fim: “Aquele, porém, que perseverar até ao fim, esse será salvo”. Essa fé não deposita a confiança em sinais e maravilhas (Jo 6.26-29). É a fé que produz fruto espiritual, “frutificando a trinta, a sessenta e a cem por um” (Mc 4.20) Em geral isso é ensinado, e de maneira correta, pelos antinomistas.

Qual é o erro do antinomismo? Está na visão defeituosa da necessidade de boas obras. A negação da necessidade de boas obras no processo de santificação, após a justificação, equivale à negação da fé salvadora genuína, pois a “fé sem obras é morta” (Tg 2.26). Não dizemos que os antinomistas se opõem às boas obras. Na verdade, muitos deles são zelosos por elas.

Todavia, quando essa escola afirma que pode ocorrer a justificação pela fé sem boas obras “necessárias” (diferente de meritórias), ela invalida a doutrina da justificação pela fé, pois a fé não operosa não é a fé justificadora. O antinomismo, então, é outro evangelho.

Em quarto lugar temos o catolicismo romano. Primeiro, enquanto no cristianismo bíblico a “justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual ele perdoa todos os nossos pecados, e nos aceita como justos diante de si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé”,^[71] no romanismo a justificação é infundida no crente, pelo que ele se torna justo.^[72] O crente, então, pode perder o estado de justificação ao cair da fé. Essa é uma visão falsa da justificação. Segundo, no romanismo o indivíduo é

justificado pela fé acrescida de obras.^[73] As boas obras meritórias são necessárias para completar a fé; as obras precedem a justificação, em vez de segui-la. As obras tornam-se fundamentais para a justificação; elas não são boas obras “necessárias” que adornam a fé viva e demonstram que o indivíduo foi “aceito” por Deus; antes, são boas obras meritórias necessárias para sermos “aceitos” por Deus. Portanto, o pecador crente é capaz de alcançar a própria justificação; ele conquista sua salvação. Este é um ensino fatalmente errôneo e absolutamente um outro evangelho.

Em quinto lugar temos o cristianismo evangélico, que ensina a justificação só pela graça, por meio só da fé, só em Cristo. A doutrina da justificação é admiravelmente ensinada pela *Confissão de fé de Westminster*: Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça [como no catolicismo romano], mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.

A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadoras; não é uma fé morta, mas obra por amor.^[74]

É claro que, quando os teólogos de Westminster falam da justificação só pela fé, eles não dizem que a fé seja em algum sentido meritória. A fé é o que une alguém a Cristo, o único que salva. Ter fé significa confiar em Cristo, o único que justifica.

A justificação é pela graça de Deus (*sola gratia*), por meio só da fé (*sola fide*). A *Confissão de Westminster* ensina claramente que a fé é “o único instrumento da justificação”, não a causa dela. Além disso, a justificação é forense; isto é, trata-se de um ato ou

declaração legal de Deus. A justificação é imputada, não infundida. Como Paulo ensinou em 2 Coríntios 5.21, a justiça que justifica é alheia; é a justiça de Cristo: “Aquele [Cristo] que não conheceu pecado, ele [Deus] o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus”. O pecador culpado é “declarado” justo, em Cristo, por Deus. Deveríamos considerar cuidadosamente também o que a posição evangélica e reformada ensina, como observado em 2 Coríntios 5.21 e na *Confissão de fé de Westminster*, ou seja, que existe uma dupla imputação que ocorre na justificação.

A justiça de Cristo é imputada aos eleitos, embora ao mesmo tempo seus pecados são imputados a Cristo. Não é suficiente que os pecadores eleitos sejam perdoados (e seus pecados retirados), eles devem também ser declarados justos quando a justiça perfeita de Cristo lhes é imputada. Nas palavras do *Breve catecismo de Westminster*, na justificação Deus não só “perdoa todos os nossos pecados”, mas também “nos aceita como justos diante de si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé”.^[75]

O cristianismo bíblico também ensina que a fé salvadora genuína envolve a resposta fiduciária a Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Como explica o *Catecismo maior de Westminster*: A fé justificadora é a que salva. É operada pelo Espírito e pela Palavra de Deus no coração do pecador que, sendo por eles convencido do seu pecado e miséria e da sua incapacidade, e das demais criaturas, para o restaurar desse estado, não somente aceita a verdade da promessa do Evangelho, mas recebe e confia em Cristo e na sua justiça, que lhe são oferecidos no Evangelho, para o perdão de pecados e para que a sua pessoa seja aceita e reputada justa diante de Deus para a salvação.^[76]

Além do mais, como ensinou a *Confissão de fé de Westminster* (citada acima), o evangelismo bíblico mantém que, embora a justificação seja só pela graça, por meio só da fé, só em Cristo, a fé justificadora “não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor”. Isto é, a fé salvadora produzirá boas obras: “a raiz dos justos produz o seu fruto” (Pv 12.12). A fé

justificadora não significa a fé acrescida de obras (como no catolicismo romano), nem a fé sem obras (como no antinomianismo); trata-se da fé operante. As obras, contudo, não são obras de mérito, mas de necessidade, pois “a fé sem obras é morta” (Tg 2.26).

A fé salvadora “necessariamente” produzirá boas obras, pois, como explicou João Calvino, a justificação e a santificação são inseparáveis. A santificação flui por necessidade da justificação: Cristo a ninguém justifica, a quem, ao mesmo tempo, não santifique [...] Portanto, faz-se evidente quão verdadeiro é que somos justificados não sem as obras, contudo nem por meio das obras, porque na participação de Cristo, na qual consiste toda nossa justiça, não se contém menos a santificação que a justiça [...] o Senhor graciosamente justifica os seus, para que, ao mesmo tempo, os restaure à verdadeira justiça, mediante a santificação de seu Espírito.^[77]

Ao enfatizar mais a necessidade de boas obras, Calvino comentou:

Pois embora as obras de modo algum concorram para a causa da justificação, quando os eleitos filhos de Deus foram justificados graciosamente pela fé, suas obras, ao mesmo tempo, foram tidas por justas por essa mesma liberalidade graciosa. Assim, ainda permanece verdadeiro que a fé sem obras justifica, embora isto necessite de prudência e uma sã interpretação; pois esta proposição, de que a fé sem obras justifica, é verdadeira e, todavia, falsa, segundo os diferentes sentidos que ela porta. É falsa a proposição de que a fé sem obras justifica por si mesma, porque a fé sem obras é nula.^[78]

Devemos distinguir a justificação da santificação, mas nunca devemos separá-las. A justificação é um ato da livre graça de Deus baseado na imputação da justiça de Cristo aos pecadores eleitos. Trata-se de um ato único, de uma vez por todas, pelo qual Deus perdoa os pecadores eleitos. Já a santificação é um processo. É um ato contínuo da livre da graça de Deus. O *Catecismo maior de Westminster* explica a diferença da seguinte forma: Ainda que a santificação seja inseparavelmente unida com a justificação, contudo elas diferem nisto: na justificação Deus imputa a justiça de

Cristo, e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para a exercer. Na justificação o pecado é perdoado, na santificação ele é subjugado; aquela liberta a todos os crentes igualmente da ira vingadora de Deus, e isto perfeitamente nesta vida, de modo que eles nunca mais caem na condenação; esta não é igual em todos os crentes e nesta vida não é perfeita em crente algum, mas vai crescendo para a perfeição. [\[79\]](#)

No ato forense da justificação, Deus perdoa todos os pecados dos eleitos, livrando-os igualmente de sua ira. Na justificação, todos os membros do povo de Deus são declarados justos e adotados em sua família. Eles nunca podem cair de novo no estado de condenação (isto é, não podem perder seu *status* legal perante Deus, pois Cristo é o fiador legal por meio de quem eles foram plenamente perdoados e recebidos na família de Deus). Já no processo de santificação, o remanescente do pecado é subjugado na vida do crente. Embora esse processo nunca seja perfeito nesta vida (isto é, é completado apenas no estado de glória), os crentes buscam de todo o coração alcançar o estado de perfeição ao mortificar o pecado (fazendo o pecado morrer) e andar nos caminhos da justiça por amor ao nome de Cristo.

Sobre os autores

O Rev. Kenneth Gary Talbot, Ph.D., Th.D. é presidente do Whitefield Theological Seminary e serve como professor de Teologia e Apologética. Dr. Talbot é ministro ordenado da Reformed Presbyterian Church General Assembly e atualmente pastoreia a Christ Presbyterian Church de Lakeland, Flórida. Ele reside em Lakeland, Flórida, com sua esposa (Phyllis) e filha (Alyssa). É o autor do livro *Confirmação da nossa fé* sobre a visão reformada dos sacramentos.

O Rev. W. Gary Crampton, Th.D., Ph.D. é ministro ordenado da Reformed Presbyterian Church General Assembly. Dr. Crampton serve como professor de Sistemática e Teologia Exegética no Whitefield Theological Seminary. Ele é o autor de diversos livros, entre eles *O escrituralismo de Gordon Clark e Cristo, o Mediador*. Atualmente reside em Glenn Allen, Virgínia, com sua esposa (Ann).

[1] *Calvin and Augustine*, p. 476.

[2] *Spurgeon's Autobiography*, vol. I, p. 172.

[3] *The Reformed Faith*, p. 2.

[4] *Hyper-Calvinism and the Call of the Gospel*, p. 5.

[5] Cap. 3, Seção 1.

[6] Cap. 3, Seção 1. Apesar da referência idêntica, as obras são diferentes: a primeira é presbiteriana e a segunda batista. [N. do R.]

[7] *The Reformed Faith*, p. 26.

[8] Cap. 9, Seção 3.

[9] Livro de oração comum brasileiro (Recife: Diocese do Recife — Comunhão Anglicana, 2008), p. 628. Disponível em: <https://www.anglicananobrasil.com/on/loc-livro-de-oracao-comum/>; acesso em: 14 abr. 2020.

[10] Cap. 3, Seção 2.

[11] *On The Epistle To The Romans* (NIC), p. 317.

[12] *Foundations of The Christian Faith*, p. 514.

[13] *The Reformed Faith*, p. 26.

[14] *Ibid.*, p. 13.

[15] Citado em: J.O. Buswell, *Systematic Theology*, vol. II, p. 145.

[16] *The Five Points of Calvinism*, p. 39, 40.

[17] *Ibid.*, p. 39.

- [18] Os “apelos” aqui referidos consistem na prática de convocar com insistência os não cristãos presentes aos cultos para que se aproximem de onde o pregador está e “aceitem Jesus”. Nessas ocasiões podem ser usadas as mais diversas “ajudas”: música ambiental especial, argumentos carregados de emocionalismo, ameaças, promessas de bênçãos não bíblicas. Tenta-se “oferecer” a salvação em Jesus por meios nada condizentes com as Escrituras. [N. do R.]
- [19] *The Reformed Faith*, p. 27.
- [20] Cap. 10, Seções 1 e 2.
- [21] *Redemption: Accomplished and Applied*, p. 165.
- [22] Cap. 17, Seções 1-3.
- [23] *Knowing God*, p. 181.
- [24] Cap. 12, Seção 1.
- [25] *Basic Theology*, p. 337-9.
- [26] *Present Day Evangelism*, p. 14-5.
- [27] *Systematic Theology*, vol. II, p. 176.
- [28] *The Five Points of Calvinism*, p. 56
- [29] John Gerstner, *Jonathan Edwards: A Mini-Theology*, p. 69.
- [30] *The Reformed Doctrine of Predestination*, p. 182.
- [31] *Redemption: Accomplished and Applied*, p. 174.
- [32] *Manual of Christian Doctrine*, p. 111.
- [33] Cap. 5, Seção 1.
- [34] *A Predestination Primer*, p. 26.
- [35] Cap. 3, Seção 1; Cap. 5, Seção 4.
- [36] *Miscellaneous Writings*, p. 21.
- [37] *City of God*, vol. XI, p. 9.
- [38] *Dialogues Concerning Natural Religion*, Part 10.
- [39] *City of God*, vol. XII, p. 3.
- [40] *Redemption: Accomplished and Applied*, p. 174.
- [41] *Eleição*. Sermão pregado em 2 de setembro de 1855 na Capela de New Park Street.
- [42] *History of the United States*, vol. I, p. 463.
- [43] *Presbyterians and the Revolution*, p. 49.
- [44] *They Seek a Country*, J. G. Slosser, editor, p. 155.
- [45] *Harper's Monthly*, June and July, 1872.
- [46] *The United Netherlands*, vol. III, p. 121.
- [47] *Ibid.*, vol. IV, p. 548, 547.

- [48] *English Literature*, vol. II, p. 472.
- [49] *Ibid.*, p. 121.
- [50] Discurso sobre "The Westminster Standards and the Formation of the American Republic".
- [51] *History of the United States*, vol. X, p. 77.
- [52] *U. S. History*, vol. VIII, p. 40.
- [53] *Calvinism in History*, p. 85-8.
- [54] *The Creed of Presbyterians*, p. 142.
- [55] *Ibid.*, p. 119.
- [56] *Reformation in the Time of Calvin*, vol. I, p. 5.
- [57] *The Creed of Presbyterians*, p. 132.
- [58] Bancroft, *U. S. History*, vol. VII, p. 261.
- [59] *Calvinism in History*, p. 74.
- [60] *Beginnings of New England*, p. 58.
- [61] *Democracy*, vol. I, p. 384.
- [62] *Beginnings of New England*, p. 59.
- [63] *Lectures on the History of France*, p. 415.
- [64] *The Fundamental Principles of Calvinism*, p. 92.
- [65] *What Calvinism Has Done for America*, p. 6.
- [66] *Calvinism in History*, p. 21.
- [67] *Justification by Faith Alone*, p. 1
- [68] John Gerstner, *Jonathan Edwards: A Mini Theology*, p. 69.
- [69] John Gerstner, *Primitive Theology: The Collective Primers of John H. Gerstner*, p. 264-90.
- [70] Resposta 86.
- [71] *Ibid.*, resposta 33.
- [72] Philip Schaff, org., *The Creeds of Christendom*, vol. II, p. 112.
- [73] *Ibid.*, p. 112, 115.
- [74] Cap. 11, Seções 1 e 2.
- [75] Resposta 33.
- [76] Resposta 72.
- [77] *Institutas da religião cristã*, III:16:1; III:3:19.
- [78] *Comentários*, Ezequiel 18.14-17. Tradução de Valter Graciano Martins.
- [79] Resposta 77.